UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE DE ECOSSISTEMAS COSTEIROS E MARINHOS

LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE MÍDIA DOS CIDADÃOS DE SANTOS E DE CUBATÃO/SP: ECOLOGIA, QUESTÕES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS, NO PERÍODO DE 2005 A 2012

SANTOS/SP
2013

LUIZ CARLOS TEIXEIRA DO NASCIMENTO

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE MÍDIA DOS CIDADÃOS DE SANTOS E DE CUBATÃO/SP: ECOLOGIA, QUESTÕES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS, NO PERÍODO DE 2005 A 2012

Dissertação apresentada à Universidade Santa Cecília como parte dos requisitos para a obtenção de título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Ecossistemas Costeiros e Marinhos, sob a orientação do Professor. Dr. Fabio Giordano e da Professora. Dra. Maria Cristina Pereira Matos.

SANTOS/SP

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nascimento, Luiz Carlos Teixeira

Análise da percepção de mídia dos cidadãos de Santos e de Cubatão/SP: ecologia, questões ambientais e seus impactos, no período de 2005 a 2012./Luiz Carlos Teixeira do Nascimento.

-- 2013.

n. de f.100

Orientador: Prof. Dr. Fabio Giordano.

Co-orientador: Profa. Dra. Maria Cristina Pereira Matos.

Dissertação (Mestrado) — Universidade Santa Cecília, Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinhos- Mestrado em Ecologia, Santos, SP, 2013.

1. Mídia. 2. Meio ambiente 3. Baixada Santista. 4. Acidentes ambientais. I. Giordano, Fabio. II. Matos, Maria Cristina Pereira co-orient. III. Análise da percepção de mídia dos cidadãos de Santos e de Cubatão/SP: ecologia, questões ambientais e seus impactos, no período de 2005 a 2012.

Elaborada pelo SIBi — Sistema Integrado de Bibliotecas — UNISANTA

Dedico este trabalho à minha esposa Rosane e aos meus filhos, Daniel e Íris, que tiveram paciência para entender as minhas imersões no mundo acadêmico.

Faço também um agradecimento especial aos meus pais, Francisco e Maria da Conceição. Eles plantaram em mim e nos meus irmãos sementes de humanismo e dignidade, a partir de suas experiências de vida e luta por um planeta sustentável e um mundo mais justo. Foi assim que nos tornamos intransigentes defensores da transformação social.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Fabio Giordano, orientador e grande incentivador deste trabalho, que tornou as nossas saídas de campo ainda mais interessantes, com a sua sabedoria e disposição. Agradeço pelas dicas mais humanas e sensatas.

À Prof. Dra. Maria Cristina Pereira Matos, co-orientadora, pelas sugestões que tanto agregaram a este trabalho.

Ao Prof. Dr. Marcos Tadeu Tavares Pacheco por ter sinalizado o tema com sabedoria.

Ao jornalista, professor e mestre Luiz Carlos Bezerra pelo apoio na realização desse projeto, permitindo muitas vezes enxergar o assunto de maneira mais suave.

Ao jornalista e professor Fernando Cláudio Peel Furtado de Oliveira pela ajuda nas pesquisas no jornal *A Tribuna*.

Á aluna Jéssica Branco, por sua gentileza na digitação dos questionários e busca nos sites.

Um agradecimento especial à aluna do curso de sistemas de informação, Luciana Bispo Corrêa, por sua gentileza na ajuda à decupação das entrevistas e formatação do trabalho.

Ao aluno do curso de jornalismo Wagner Gomes Tavares pela presteza em colaborar na confecção dos gráficos em Excel e na formatação do texto em Word.

Defesa (advogacy) é uma palavra que nos ensinaram a evitar e de certo modo virou um tabu entre os jornalistas. A maioria se esquiva como pode, mas todos sabem que não há como fugir para sempre. O que eu quero dizer é que devemos ser defensores da saúde e da segurança do planeta, profissionalmente e pessoalmente preocupados com o aquecimento global, a chuva ácida, a destruição das florestas tropicais e temperadas, a redução de áreas selvagens e de vida selvagem, o lixo tóxico, a poluição do ar e da água e as pressões populacionais que degradam a qualidade de vida.

Michael Frome

RESUMO

Este trabalho envolve uma pesquisa com a população residente em Santos/SP e em Cubatão/SP, a fim de detectar a sua percepção a respeito de questões ambientais na Baixada Santista que tiveram repercussão na mídia, no período de 2005 a 2012. A partir da análise desses dados, foi traçada uma tabela que aponta a relação do público com os eventos. Buscou-se a visão consolidada que inclui representantes de classes sociais distintas, jovens, adultos e terceira idade, a partir de uma amostragem envolvendo 611 pessoas, algumas de convívio próximo do autor, e outras indicadas ou tomadas aleatoriamente nos municípios citados. No conjunto total das doze questões apresentadas no questionário há evidência de que a maior parte dos respondentes busca informações em três mídias, na seguinte ordem: internet, tevê e jornal impresso, independentemente de suas condições socioeconômicas, intelectuais e culturais. Discute-se aqui também a cobertura jornalística na região envolvendo o tema meio ambiente.

Palavras-chave: Mídia; meio ambiente; Baixada Santista; questões ambientais.

ABSTRACT

This study involves a survey with the local population in Santos/SP and in Cubatão/SP to detect their perception regarding environmental issues in Baixada Santista, which were covered by the media between 2005 and 2012. Based on the collected data, a chart was drawn on the relationship between the public and the events. A consolidated view wasobtained, including representatives of distinct social classes, youngsters, adults and seniors, through a sample of 611 people, some of whom live close to the researcher and others who were indicated or taken randomly in different municipalities. In a total set of 12 questions presented in the questionnaire, there is evidence that most sectors of society seek environmental information in three major vehicles, in the following order: internet, TV and printed newspapers, regardless of their socioeconomic, intellectual or cultural status. The news coverage of environmental issues in the region is also discussed here.

Keywords: Media; environment; Baixada Santista; environmental issues.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Histograma do percentual dos gêneros nos dois municípios.....33
Gráfico 2: Histograma dos entrevistados por idade de ambos os sexos 34
Gráfico 3: Histograma do nível de escolaridade dos entrevistados.....35
Gráfico 4: Histograma da renda dos entrevistados na pesquisa 36
Gráfico 5: Histograma da frequência com que se obtêm informações 38
Gráfico 6: Histograma de quem se informa pela tevê.....40
Gráfico 7: Histograma de quem se informa por jornal impresso.....41
Gráfico 8: Histograma de quem se informa pela internet 42
Gráfico 9: Histograma de quem se informa por revista 44
Gráfico 10: Histograma de quem se informa pelo rádio 47
Gráfico 11: Histograma dos entrevistados que acompanharam a Rio + 20.....48
Gráfico 12: Histograma dos entrevistados que citaram um acidente ambiental 50
Gráfico 13: Histograma de quem mencionou problemas ambientais 51

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Caracterização populacional e econômica dos municípios da região 27

Tabela 2: Distribuição dos temas na *TV Tribuna* como mídia espontânea 31

Tabela 3: Reportagens como mídia espontânea no jornal *A Tribuna*.....31

Tabela 4: Caracterização de gênero dos respondentes em Santos e Cubatão 32

Tabela 5: Idade dos respondentes.....34

Tabela 6: Escolaridade dos respondentes em Santos e Cubatão.....35

Tabela 7: Renda dos respondentes 36

Tabela 8: Profissão dos respondentes.....37

Tabela 9: Com qual frequência se obtém informação.....38

Tabela 10: Respondentes que se informam por tevê.....39

Tabela 11: Respondentes que se informam por jornal impresso.....40

Tabela 12: Respondentes que se informam pela internet 42

Tabela 13: Respondentes que se informam por revistas 43

Tabela 14: Respondentes que se informam pelo rádio.....46

Tabela 15: Respondentes que acompanharam a Rio + 20 pela mídia.....47

Tabela 16: Respondentes que citaram um acidente ambiental marcante.....49

Tabela 17: Respondentes que citaram algum problema ambiental.....51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDI	—	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
AGEM	—	Agência Metropolitana da Baixada Santista
GEE	—	Grupo de Economia da Energia
IBGE	—	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	—	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	—	Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas
ONU	—	Organização das Nações Unidas
PIB	—	Produto Interno Bruto
PNUD	—	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	—	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RMBS	—	Região Metropolitana da Baixada Santista
SEADE	—	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
UNISANTA	—	Universidade Santa Cecília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **12**

1.1 ESCOLHA DO TEMA 21
1.2 RELEVÂNCIA 22
1.3 JUSTIFICATIVA 23
1.4 O PORQUÊ DA ESCOLHA DO PERÍODO DE 2005 A 2012 24
1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA NA MÍDIA 25
1.6 OBJETIVO GERAL 26
1.7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 26

2. MATERIAL E MÉTODOS **27**

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES ANALISADAS NA BAIXADA SANTISTA 27

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO **30**
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRADA N=611 32
3.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS SOBRE PERCEPÇÃO E MÍDIA 38

4. CONSIDERAÇÔES FINAIS **57**

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **59**

6. APÊNDICES **63**

7. ANEXOS **68**

1. INTRODUÇÃO

Os meios de informação têm o dever social de participar ativamente da construção de uma nova realidade. Inserida nesse contexto, a sociedade busca entender essa diversidade para cada vez mais estreitar as relações entre o homem e meio ambiente (LLORY, 1999). É nesse novo conjunto de elementos que cabe a responsabilidade, principalmente, do poder econômico, do poder público e da sociedade, que devem ter a preocupação de criar movimentos com princípios fundamentados na preservação da vida e das futuras gerações. Os pensadores do movimento ambientalista internacional Hawken et. al (2012) propõem um manual para preservar as futuras gerações:

> (1) O planeta foi entregue em perfeitas condições de funcionamento e não pode ser tocado por outro. (2) Por favor, não regule o termostato nem a atmosfera – os controles já saem ajustados da fábrica. (3) A biosfera foi cuidadosamente testada e desenvolvida no período de amaciamento de 3 bilhões de anos e é alimentada por um reator atômico que dispensa manutenção e fornecerá energia nos próximos 5 bilhões de anos. (4) São limitados e insubstituíveis os estoques de ar e água; eles circularão e purificar-se-ão automaticamente se não houver passageiros demais a bordo. (5) Cada passageiro tem direito a uma só vida, a qual deve ser tratada com dignidade. Já se forneceram e codificaram, numa linguagem de computador cujo funcionamento é totalmente automático, instruções completas sobre o nascimento, o funcionamento, a manutenção e a disposição final de cada entidade viva. Se essas instruções se perderem ou se danificarem, a reposição pode ser bastante demorada. (6) Havendo demasiados passageiros ou se as instalações estiverem sobrecarregadas, leia o manual de emergência e tome o máximo cuidado para que nenhuma substância tóxica estranha se introduza no ar, no alimento e na água. (Hawken, et. al, 2012, p. 294).

Diante disso, as empresas precisam gerir as suas responsabilidades em relação a quatro áreas importantes, quais sejam: econômica, social, utilização de recursos e ecológica. O compromisso econômico diz respeito ao bom desempenho da organização, que entre outros aspectos cria empregos; a responsabilidade social se refere ao respeito aos valores da comunidade e da cidadania; a utilização dos recursos envolve o uso responsável da energia e dos materiais; o compromisso ecológico é com a proteção do meio ambiente natural (LUFT, 2005).

Para a construção dessa nova sociedade, os meios de informação, especialmente os jornais impressos e a internet, vêm sendo apontados por segmentos importantes da opinião pública como parceiros na tarefa de consolidar esse movimento com a prática de um jornalismo comprometido e articulado, como o tema exige. Neste aspecto, o jornal é beneficiado pela capacidade difusora e armazenadora da internet; o texto impresso é imbatível na capacidade de investigar, explicar e analisar os fatos, e, deles, instituir a memória. A referência da notícia impressa faz dos jornais meios indispensáveis à discussão pública para a elucidação dos conflitos (LUFT, 2005).

A tendência é que a sociedade do século 21 acompanhe com interesse cada vez maior as políticas voltadas para a preservação do meio natural. No Brasil, a imprensa só se conscientizou da defasagem a respeito do tema por ocasião da Eco 92 — ou Rio 92: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, evento que reuniu nove mil jornalistas do mundo todo. Para atender o público, os grandes jornais brasileiros tiveram de criar cadernos e suplementos. Só então é que se deu pela falta de profissionais especializados. O recurso foi apelar aos técnicos de diversas áreas, que acabaram atuando como colunistas e articulistas durante o evento. (TRIGUEIRO, 2008). No tocante à Baixada Santista em particular, a mídia tem se encolhido e até mesmo se omitido na discussão dos temas ambientais. Essa é a crítica do ambientalista William Rodriguez Schepis, da ONG EcoFaxina, em depoimento para este trabalho: “A imprensa aqui é um pouco omissa. Principalmente quando se toca no assunto meio ambiente, ela não vai no X da questão.” (ANEXO H, 2013).

O Centro das Indústrias do Estado de São Paulo também aponta que a imprensa regional despreza o assunto, pouco chamando a atenção do público sobre os problemas que atingem o ecossistema da Baixada Santista (CIESP/CUBATÃO, 2012). No passado recente, Cubatão e São Vicente foram vítimas de graves acidentes ambientais que repercutiram internacionalmente. Nos anos 70 e 80, o jornal *A Tribuna* denunciou a devastação da Serra do Mar pelo efeito dos produtos químicos utilizados no polo industrial, e também o despejo irregular do Pó-da-China, promovido pela empresa francesa Rhodia, no Samaritá, área continental de São Vicente.

Passado o impacto das denúncias, o mais importante jornal da região se acomodou. Logo em seguida, quando o efeito da mídia digital se tornou irreversível e resultou na perda de leitores, viu-se obrigado a reduzir o número de páginas, fenômeno, aliás, que atinge duramente o jornalismo de papel no mundo todo. Em depoimento para este trabalho, Arminda Augusto, diretora-executiva de *A Tribuna*, diz que diante do encolhimento físico do jornal o tema meio ambiente foi quase que deixado de lado: só é incluído na pauta quando o noticiário envolve algum interesse imediato. A jornalista ressalta, no entanto, que se a publicação dedicasse um espaço diário às questões ambientais haveria demanda:

> Temos duas páginas de ciência, tecnologia e meio ambiente que saem às segundas-feiras. Mas reconheço que tratar de três temas, uma vez por semana, em duas páginas, é pouco. Ultimamente, temos dado destaque maior para tecnologia porque tem sido muito mais premente falar sobre isso, e, assim, temos deixado o meio ambiente um pouco de lado. Mas se tivéssemos uma página diária para falar sobre meio ambiente, teríamos assunto. As pessoas acham que meio ambiente é a preservação da serra, da natureza, da floresta, mas é mais que isso. Quando fazemos uma matéria sobre o som que a Saipem está produzindo, do outro lado do canal e chegando aqui, por causa das instalações da empresa, isso é meio ambiente. Quando falamos dos caminhões que passam pela Perimetral e despejam produtos na maré viária, isso é meio ambiente. Quando falamos do despejo de lixo em locais proibidos, isso também é meio ambiente. Então, acho que teríamos assuntos para uma página diária. Mas com a redução física do jornal, temos muito menos páginas hoje do que tínhamos há quinze, vinte anos. (ANEXO I, 2013).

Embora reconheça que as discussões envolvendo a sobrevivência do planeta atraiam imensamente o interesse do público, a diretora-executiva de *A Tribuna* se revela preocupada com o fato de que hoje, na redação do jornal, não exista nenhum profissional que ao menos se interesse pelo tema (ANEXO I). Sobre a participação efetiva da imprensa há um comentário oportuno de Joseph Sax, professor de legislação ambiental, por ocasião do derramamento de 41 milhões de litros de petróleo na costa do Alasca, Estados Unidos, protagonizado pela empresa ExxonMobil, em 1989:

> Os jornalistas não apresentaram nenhuma contextualização, nenhuma história, nenhuma consciência das circunstâncias. Como resultado disso, a cobertura pela mídia foi extremamente pobre e o público foi mal servido. Minha sensação, como

> consumidor de jornalismo, é que a maioria dos jornalistas está em desvantagem quando se exige que cubram algo a respeito do que eles sabem pouco. Eu passaria seis meses pesquisando sobre um assunto no qual eles gastariam duas horas, ou dois dias. Se eles não podem trazer alguma forma de apreciação, ou contextualização, tornam-se vítimas das pessoas que fazem as declarações mais extravagantes e de interesse próprio. (SAX, *apud* FROME, 2008, p. 43).

Pelo menos no caso brasileiro o comentário de Sax continua atual. Outro dado para reflexão: pesquisa realizada pela *Revista Imprensa*, em junho de 2001, sobre o grau de envolvimento da grande imprensa brasileira com o meio ambiente, revelou, naquele período, entre os editores e repórteres entrevistados, que os jornais diários ainda não se conscientizavam da importância de manter espaços mais amplos para esse tipo de reportagem. O principal obstáculo na época era o ritmo acelerado das redações, que dificultaria uma abordagem mais ampliada dos temas ambientais, os quais exigem conhecimento técnico, dedicação e especialização. (REVISTA IMPRENSA, 2001).

De lá para cá, o panorama pouco mudou. No programa Observatório da Imprensa, levado ao ar pela *TV Cultura/TVBrasil* em 19 de junho de 2012, o apresentador Alberto Dines conversou com o jornalista André Trigueiro sobre a importância da cobertura das questões ambientais, aproveitando a realização da Rio + 20, Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Trigueiro disse que houve avanços desde a Eco 92, mas que é preciso ir além: a imprensa brasileira não dispõe ainda de editorias e tampouco de profissionais que se dediquem a um tema considerado vital para a sociedade do século 21. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2012). Em 5 de setembro de 2013, em entrevista ao *Portal Comunique-se*, ao se referir mais uma vez à cobertura da imprensa sobre o tema, Trigueiro foi enfático: “Há uma pobreza de pautas no universo ambiental.” (COMUNIQUE-SE, 2013).

De fato. O avanço industrial tem deixado sequelas que ameaçam o planeta, não obstante a responsabilidade das empresas com a política do desenvolvimento sustentável. A própria Baixada Santista já foi vítima de graves acidentes ambientais. Como exemplo, há o Caso Rhodia, referência à empresa do grupo francês Rhône-Poulenc, que na década de 1970 depositou clandestinamente no Samaritá, área continental de São Vicente, a substância conhecida por Pó-da-China. O lixão químico causou doenças irreversíveis aos

moradores daquela região que, inadvertidamente, passaram a construir seus casebres na área. O crime teve repercussão internacional:

> O Caso Rhodia, como ficou conhecido, merece ser resgatado não somente pela sua gravidade, mas também por outras duas significativas razões. Primeira: por envolver uma empresa estatal francesa com unidades espalhadas por todo o mundo, o que projetou esse caso no cenário internacional. Segunda: o episódio foi levantado no início dos anos 80, época em que falar de meio ambiente na imprensa brasileira era considerado um ato subversivo e aqueles que se empenhavam nessa difícil missão ficavam sujeitos aos juízos dos órgãos de repressão. A verdade é que a Rhodia protagonizou um dos mais terríveis crimes ambientais de toda a história do Brasil. Entre os anos de 1974 a 1976, a empresa jogou irregularmente mais de 2.700 toneladas de lixo tóxico próximas a núcleos habitacionais da região do Samaritá, no município de São Vicente, litoral paulista. Levantamentos da Cetesb constataram. Os produtos formavam um coquetel venenoso, que incluía o pentaclorofenol, hexaclorobenzeno, tetracloroetileno, tetraclorobutadieno, entre outros, todos considerados cancerígenos e mutagênicos pelos especialistas consultados. (LUFT, 2005, p.50).

Em novembro de 2012, a Justiça autorizou a Rhodia a remover da Baixada Santista mais uma parte das toneladas de resíduos sólidos cancerígenos para ser incinerada em Camaçari, na região metropolitana da Bahia (A TRIBUNA, 2012). Amplamente denunciado e com ecos que sobrevivem até hoje, o Caso Rhodia é um exemplo da eficácia da imprensa nesses tipos de cobertura. Ex-professor da Washington Western University, o jornalista americano Michael Frome defende a tese de que a reportagem voltada ao meio ambiente precisa se diferir de outros tipos de cobertura. O profissional que lida com o tema deve escrever tendo em vista o objetivo de apresentar ao público dados sólidos e precisos, narrados com o poder da emoção. Estudioso e dedicado a esse tipo de reportagem desde o início dos anos 1950, ele diz:

> O jornalismo ambiental é diferente do jornalismo tradicional. Ele é jogado segundo regras baseadas em uma consciência diferente daquela predominante na sociedade. Ele é mais do que uma forma de fazer reportagens e escrever, mas uma forma de viver, de olhar para o mundo e para si próprio. Ele começa com um conceito de serviço social, dá voz à luta e às demandas e se expressa com honestidade, credibilidade e finalidade. Ele quase sempre envolve, de alguma forma, em algum lugar, riscos e sacrifícios. (FROME, 2008, p. 60).

Nos anos 70 e 80, o jornalista Lane Valiengo estava imbuído do espírito a Michael Frome alude. Repórter do jornal *A Tribuna*, ele foi um dos autores da série de reportagens sobre a destruição da Serra do Mar, ecossistema que sofria os efeitos causados pela ação dos produtos químicos usados no complexo industrial de Cubatão. Assinadas também por Leda Mondim e Manuel Alves Fernandes, as reportagens tiveram repercussão internacional e em 1985 foram laureadas com o Prêmio Esso, na categoria regional. Em depoimento para este trabalho, Valiengo diz que o levou a se interessar pela cobertura foi a sua formação baseada na contracultura, movimento libertário e de mobilização social que teve origem nos Estados Unidos a partir dos anos 60. Os adeptos da contracultura defendiam um modo de vida alternativo ao sistema capitalista. Para atingi-lo, pregavam a expansão de uma nova consciência, que incluía até mesmo o uso de drogas lisérgicas, e a convivência com a natureza — a Mãe Natureza (ROSZAK, 1972). “Quem vivenciou a contracultura muitas vezes teve como caminho natural a militância ambientalista”, enfatizou o ex-repórter de *A Tribuna*.

Valiengo disse que teve envolvimento pessoal com o tema, a ponto de ser identificado até hoje na região como jornalista atuante na área. Ao se desligar da imprensa diária nos anos 90, passou a exercer a função de assessor parlamentar, sempre focado na questão das leis de proteção ambiental. Fazendo coro aos que criticam a cobertura anêmica que a imprensa regional dedica ao problema e até mesmo apontando a omissão dos órgãos de controle ambiental, ele diz:

> Eu acho que existem falhas, primeiramente, na formação dos profissionais. Não dá para se limitar a aprender só o que ensinam na faculdade de jornalismo. Ainda mais hoje, que você tem internet, que abre leques de pesquisa, de informação. Ao mesmo tempo acho que houve certa acomodação em termos de noticiário. Hoje, você vê a Embraport destruindo o mangue e todo mundo acha maravilhoso, porque vai render empregos, que são ilusórios. E você não tem uma linha de reportagem em cima disso. A autorização para a Embraport vem diretamente de Brasília. Os órgãos ambientais da Baixada Santista tiveram que ficar calados. Da experiência que tive com o jornalismo ambiental, nos anos 70 e 80, a principal lição que ficou foi exatamente essa: de que é possível provocar transformações através da mídia, da imprensa. Claro que isso depende de uma informação segura, que se sustente. Mas é possível modificar situações que incomodam, que prejudicam a comunidade. E isso acabou se expandindo na minha cabeça, não só para a área

> ambiental, mas para todas as áreas. A gente hoje fala que a saúde está um caos, mas cadê o trabalho contínuo da mídia para resolver isso? Para mostrar que pode ser diferente? A mídia tem que ter esse papel de transformar a comunidade. (ANEXO K, 2013).

Além da destruição da Serra do Mar, outro evento ambiental de impacto trágico na região ocorreu na madrugada de 24 de fevereiro de 1984, na antiga Vila Socó, hoje Vila São José, em Cubatão, município que, aliás, já foi conhecido mundialmente como o Vale da Morte, por causa da poluição atmosférica provocada pelas dezenas de indústrias ali instaladas nos anos 1960 e 1970 (PINTO, 2005). Um gasoduto da Petrobras, que passava por baixo dos casebres de madeira, teve um vazamento de pelo menos 700 mil litros de gasolina, seguido de um incêndio destruidor. Os dados oficiais registraram o encontro de 86 corpos, mas o número total de mortos é apontado como 508 e até mesmo 635. (ZONA DE RISCO, 2013). Esse é o maior desastre químico já ocorrido no Brasil, país que ocupa o segundo lugar no *ranking* em vítimas de acidentes dessa natureza — a Índia lidera a lista. Situações como essas comprometem cada vez mais a qualidade de vida da população e apontam para um dilema: desenvolvimento X meio ambiente.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939/1945), o Brasil começou a ingressar em uma nova realidade — a transição da economia agrícola para a economia industrial. Deu-se então o início da instalação do seu parque industrial, principalmente nos estados da região Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e da região Sudeste: São Paulo, Minas e Rio de Janeiro (FURTADO, 2007). O país buscava a renovação tecnológica. A indústria têxtil, trazida pelos italianos no final do século 19 e início do 20, tinha a maior fatia de produção no estado de São Paulo, em substituição ao ciclo cafeeiro, que logo entraria em decadência.

Em 1950, a instalação das fábricas automobilísticas no Grande ABC — Santo André, São Bernardo e São Caetano — encontrou as cidades despreparadas: não houve a preocupação com o planejamento urbano ou as questões ambientais. O contingente de operários vindos do interior do estado e de outras regiões do país trouxe uma nova realidade para os moradores daqueles municípios, como o próprio aumento populacional e o estabelecimento de uma nova paisagem urbana. (PRADO JR., 2006).

Ainda na década de 50, com a construção do parque industrial em Cubatão, foram instaladas a Refinaria Presidente Bernardes e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Em paralelo, surgiram as fábricas de produtos químicos e fertilizantes. O complexo cubatense foi considerado o maior polo industrial da América do Sul, gerando empregos e riqueza, mas na mesma medida poluição em excesso (CIESP, 2012). Em pouco mais de duas décadas — 1951/1977 —, Cubatão se transformou numa das maiores cidades industriais brasileiras; em 1985, era o terceiro município paulista em Valor da Produção Industrial, segundo o IBGE.

A população da Baixada Santista — e, especialmente, a de Cubatão — não imaginava a gravidade dos efeitos advindos da instalação complexa de indústrias e a demanda de um enorme problema social — o crescimento do conglomerado de favelas e palafitas no entorno dessas fábricas (PINTO, 1999). Houve também a influência da poluição em Santos, gerada pelo próprio porto, e da Ilha Barnabé, com a implantação ali de uma unidade química de armazenamento. Os manguezais, os rios, a terra e o ar recebiam e recebem ainda, incontroladamente, dezenas de toneladas de substâncias prejudiciais à vida, isso em decorrência das permanentes emissões gasosas e líquidas, o que leva à contaminação e à morte de vários ecossistemas (LUIZ-SILVA *et al*., 2006). Na região, pode ser citada ainda a presença de um poluente altamente nocivo: o óxido de enxofre, que vira ácido sulfúrico, se condensa na atmosfera e cai em forma de chuva ácida, prejudicando a permanência da vegetação da floresta ombrófila densa de Mata Atlântica. A ação do enxofre facilita o deslizamento das encostas (REVISTA USP, 2006).

Pesquisas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com dados detectados no período de 1983/85, inclusive na cidade de São Paulo, já demonstravam que o cenário da Baixada Santista estava alterado em sua natureza por uma intervenção que fazia sentir seus efeitos, que precisavam ser minimizados e eliminados, por intermédio de uma nova visão de planejamento de ocupação e uso dos poucos espaços disponíveis, em defesa da vida. (INPE, 1986)

Santos não ficou de fora dos efeitos da poluição. Foi a partir de 1808, com a abertura dos portos brasileiros, que o panorama natural começou a mudar na cidade (ARRUDA, 2008). Com o rápido desenvolvimento do porto, acarretando

os primeiros impactos ambientais, vieram ainda a construção da Rodovia Anchieta, na década de 1940, e, como já foi dito, a instalação do polo industrial no município vizinho. Nas décadas subsequentes, tudo isso resultou no desenvolvimento exponencial das indústrias petroquímica e siderúrgica e também do porto (COUTO, 2003).

Os efeitos nocivos do desenvolvimento são notórios. Assim, a informação sobre o meio ambiente passa a ser crucial para a população. O valor da mídia nesse processo se baseia, majoritariamente, no fluxo de notícias e divulgações que apresentem um quadro fiel e esclarecedor da realidade, para que a história seja compreendida e alterada (MATOS, 2007). Para contribuir com o uso consciente do mundo natural é necessário que se conheça cientificamente a percepção ambiental que a população tem a respeito do que é transmitido pela mídia. Só assim se pode refletir e pôr o assunto em debate. Isso reforçaria o valor dessa pesquisa, pois, com base no conhecimento dessa percepção, o estudo pretende demonstrar se há a necessidade de uma maior presença de informações ambientais, sobretudo nas redes sociais e nas iniciativas educacionais (tendo a escola como centro aglutinador).

Aliado a isso, como fator de aproveitamento de outras dimensões do diagnóstico advindo da percepção da população, será também incorporada a "observação simples", assim chamada de acordo com o conceito de Gil (1999). Isto é, toda e qualquer observação constitui elemento fundamental para uma pesquisa:

> Por observação simples, entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador do que um ator. Daí por que pode ser chamado de *observação-reportagem*, já que apresenta certa similaridade com as técnicas empregadas pelos jornalistas. (Gil, 1999, p.111).

A partir do diagnóstico, se pode também tornar o debate social uma oportunidade política de reflexão sobre a necessidade de mais discussões públicas e de diretrizes que conduzam fóruns e encontros ambientais em todos os níveis.

Portanto, a pesquisa de percepção sobre a influência da mídia na formação do indivíduo passa a ser direcionada para a temática ambiental — que

abrange a condição humana, política, econômica e do desenvolvimento cognitivo.

1.1 ESCOLHA DO TEMA

A proposta da “Análise da percepção de mídia dos cidadãos de Santos e de Cubatão/SP: ecologia, questões ambientais e seus impactos, no período de 2005 a 2012” vem do propósito de se aproveitar o conhecimento empírico adquirido através da vivência profissional do autor, que atuou como técnico industrial no polo petroquímico de Cubatão, nas décadas de 1970 até 2000, e, também, pela atuação como jornalista na Baixada Santista desde os anos 1990, trazendo a angústia de não saber ao certo qual o poder da mídia na formação e na transformação da opinião.

Em especial, a RMBS foi e tem sido vítima de acidentes ambientais graves, com reflexos na população e no solo. Portanto, este estudo pretende refletir o que está atualmente na ordem do dia do poder público, das empresas e dos cidadãos preocupados com a preservação do planeta. Outrossim, o objetivo aqui é oferecer ainda uma avaliação sobre a forma como as questões ecológicas e socioambientais são percebidas pelos munícipes de Santos e de Cubatão, bem como as mídias nas quais buscaram se informar no período em que o levantamento foi realizado.

1.2 RELEVÂNCIA

Como já foi dito aqui, a imprensa da Baixada Santista pouco tem se dedicado ao aprofundamento das questões científicas relacionadas ao meio ambiente, seja pela ausência de espaço editorial ou mesmo pela falta de repórteres especializados. A qualidade da abordagem do tema do ponto de vista regional está aquém da relevância do assunto. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano — "o mundo tem menos de uma década para mudar de rumo. Não há assunto que mereça atenção mais urgente, nem mais imediata". (PNUD, 2008). O jornalista Marcos Sá Correia vai mais longe:

> Daqui para a frente, até onde a vista alcança o horizonte deste século, o jornalismo será ambiental, ou não será jornalismo. Sem considerar o ambiente, não será bom jornalismo, quer na cobertura da economia, da política, da administração pública, dos negócios, da agricultura, da vida urbana, da educação, talvez até mesmo do esporte ou do entretenimento. Se for assim, como tudo indica que será, cada repórter, em qualquer seção, tropeçará cada vez mais no exercício cotidiano de seu ofício, com limites nunca antes mapeados entre a atividade humana e a conservação do planeta. (CORREIA, 2008, p. 27/28).

Para o presente estudo pesquisou-se dezenas de trabalhos e sites de busca acadêmica e não foi encontrado nenhum que abordasse especificamente o tema da percepção ambiental dos moradores no tocante aos meios de informação na Baixada Santista. Por isso, o trabalho passa também a ser relevante como objeto de estudo para futuros aprimoramentos desta pesquisa, no que se refere à análise da percepção do público regional sobre mídias, especialmente o jornal impresso, a tevê e a internet.

Este trabalho poderá vir a municiar o profissional do jornalismo na cobertura sobre meio ambiente com fundamentos, matéria-prima consistente para uma boa reportagem, e com fontes confiáveis para que possa, com isso, aumentar a fidedignidade e pluralidade de informação sobre as questões ambientais.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo busca conhecer a percepção da população acerca das questões sobre o meio ambiente da RMBS, especificamente nas cidades de Santos e de Cubatão, por serem as mais significativas do ponto de vista econômico (SEADE, 2012) e de impacto ambiental da região. É nessas cidades — que possuem o maior porto da América Latina e um dos maiores complexos industriais do país, respectivamente — que se refletem os efeitos majoritários prejudiciais ao ambiente, e as consequentes repercussões na mídia.

A exemplo do que já havia sido salientado por Hogan *et al*.(2001) a respeito do fim do século passado, no presente século, no período de 2005 a 2012, a poluição foi intensificada nas principais cidades do mundo. Diante disso, ainda que com falhas, a mídia vem se notabilizando como uma importante aliada para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Com um levantamento a partir da divulgação dos assuntos ambientais, em especial os de causas e consequências de problemas potenciais, e as necessidades de proteção e preservação, torna-se possível realizar um estudo que pretende ajudar no direcionamento e organização de novas ideias e ações da própria imprensa, de organização da sociedade e dos indivíduos.

O conhecimento dos impactos ambientais pode contribuir com uma nova visão de planejamento regional, para que se evitem os erros do passado e seja possível a preparação de um futuro sustentável, como apregoa a Agenda 21. Este documento foi um dos principais resultados da Conferência Internacional Eco 92 ou Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992. Estabelece o compromisso de cada país em refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os demais setores da sociedade podem cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Cada país deve desenvolver a sua Agenda 21, com base na proposta maior. (AGENDA 21, 1992).

Hoje, se discute a necessidade da manutenção de condições mínimas de equilíbrio ambiental, visando a sobrevivência com qualidade de vida das próximas gerações; assim, justifica-se o foco na avaliação final desta pesquisa, com o público jovem, a partir de 20 anos de idade, que é um importante agente formador de opinião e, efetivamente, pode vir a ser o sujeito transformador da

realidade. A reflexão e o conhecimento sobre a conservação do meio natural é o que dará, no futuro, a possibilidade de um planeta apto à vida, ou então o contrário: um planeta sem a possibilidade de existência do próprio ser humano.

Isso não significa, porém, que o resultado deste trabalho é apenas direcionado ao público jovem; a concepção de público é ampla e inclui indivíduos de mais idade, com uma visão consolidada que abarca representantes das classes sociais A, B, C e D. Justifica-se, portanto, atingir nesta pesquisa um público misto de entendimentos e compreensões, para a obtenção de um extrato abrangente de concepções e valores.

1.4 O PORQUÊ DA ESCOLHA DO PERÍODO DE 2005 A 2012

O acesso à internet promove uma comunicação de fatos e trocas de informação em larga escala e com acesso imediato. A partir da metade da primeira década deste século, as mídias passaram por um crescimento e alcance populacional sem precedentes, intensificando-se a circulação de versões digitais de revistas e jornais, além do surgimento de um grande número de portais de informação. A mídia passou a ter um novo paradigma no binômio da comunicação emissor-receptor, assim como se tornou mais participativa: de muitos para muitos (CASTELLS, 2003). Para o jornalista Alberto Dines:

> A internet criou o fluxo contínuo do noticiário, tornou-se obrigatório, é a sua força. A qualquer hora do dia sabe-se o que acontece em qualquer parte do mundo. É também a sua fraqueza: difícil avaliar a dimensão e implicações dos milhões de itens noticiados em simultâneos. (DINES, 2012, p. 11).

O período 2005/2012 é particularmente repleto de eventos de caráter ambientais, divulgados globalmente pela mídia. Inicia com o grande acidente ambiental promovido pelo furacão Catrina nos Estados Unidos, em 2005; passa pela divulgação do relatório do Painel Internacional das Mudanças Climáticas (IPCC), que em 2007 demonstrou a causa de desastres naturais como sendo decorrentes do agravamento do efeito estufa; passa ainda pelo ano mundial da biodiversidade, em 2010, e culmina na mais esperada das reuniões ambientais das últimas décadas: a conferência Rio + 20, em 2012. O público é o grupo de

consumidores ou cidadãos que tem interesse em forças que exercem influência sobre sua vida; e que busca alguém para monitorar tais forças a fim de mantê-lo informado, para que possa agir com base nessa informação. (REVISTA ACADÊMICA ESPM, 2013)

É neste período que podemos analisar a abrangência dos vários tipos de mídias, dentro de um sistema comunicativo heterogêneo.

1.5 DELIMITAÇÃO DO TEMA NA MÍDIA

Em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo, o primeiro debate mundial sobre o homem e o meio ambiente. O encontro foi promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) — de 5 a 16 de junho. Participaram mais de 400 instituições públicas e não governamentais de 113 nações. Contudo, naquela ocasião, os chamados países subdesenvolvidos não aceitaram as determinações de se diminuir as atividades industriais, por terem aí a sua sustentação econômica. Para a imprensa, tal posicionamento teve impacto considerado relevante. Diante disso, não houve a conveniência de se investir em coberturas jornalísticas referentes ao meio ambiente com maior aprofundamento científico, não só aqui, mas também em outros países. E esse pensamento, de certa forma, continua até os dias atuais, como se percebe pela avaliação de autores envolvidos com o tema. Em relação aos jornais americanos, Michael Frome chega a dizer:

> Jornais diários vêm falindo, se incorporando ou sendo enxugados, o que significa manter os lucros altos por meio da redução da equipe de redação ao menor tamanho possível, e enganando o leitor com um produto de segunda ou terceira categoria. Li um discurso do diretor de redação do *New York Times*, Gene Roberts, feito no início de 1996 no campus de Riverside da Universidade de Califórnia. Ele criticava a sua própria indústria, calculando que 75% dos 1.548 jornais americanos eram controlados por corporações, as quais, afirmou, têm imposto coberturas jornalísticas cada vez mais superficiais e pobres, “administrando seus jornais como cadeias de lojas de calçados”, sem nenhum sentido de responsabilidade comunitária. (Frome, 2008, p. 35).

1.6 OBJETIVO GERAL

Analisar como o receptor se informa na mídia sobre episódios de impacto ambiental e também como se processam essas informações. Espera-se assim gerar a reflexão e os comportamentos ambientalmente adequados, a partir da percepção crítica das questões veiculadas publicamente.

1.7 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar o volume de matérias jornalísticas sobre acidentes ambientais na Baixada Santista, especialmente em Santos e Cubatão, e dos eventos representativos sobre o meio ambiente que foram veiculados em mídias de grande audiência local, matérias televisivas (em particular na *TV Tribuna*, veículo de maior audiência na RMBS), no jornal impresso de maior circulação, *A Tribuna*, e nos principais portais de notícias da internet, no período de 2005 a 2012.

Mensurar o grau de informação sobre o meio ambiente adquirida a partir das diferentes mídias com 611 respondentes, moradores de Santos e de Cubatão, relacionando esta informação com diferentes classes sociais, idades e o respectivo grau de formação cultural.

Identificar a mídia de maior alcance nas questões ambientais da amostra participante da pesquisa de campo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS CIDADES ANALISADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

A RMBS compreende nove municípios com grande heterogeneidade de formação de seus munícipes, conforme demonstrado na Tabela 1, quanto à densidade populacional, PIB e IDH.

Tabela 1: Caracterização populacional e econômica dos municípios da região

Município	Área (km^2)	População	PIB em (R$) 2012	IDH
Bertioga	491,701	50.585	754.243.513	0,730
Cubatão	142,281	120.768	6.199.093.518	0,737
Guarujá	142,589	295.600	4.150.743.522	0,751
Itanhaém	599,017	89.285	937.493.531	0,745
Mongaguá	143,171	47.950	501.693.537	0,754
Peruíbe	326,214	60.989	695.093.541	0,749
Praia Grande	149,079	272.824	3.170.643.354	0,754
Santos	280,300	421.058	27.616.033.551	0,840
São Vicente	148,424	337.348	3.277.440.000	0,768
Total	2.422.776	1.696.407	47.302.478.067	6,828

Fonte: IBGE/SEADE, 2012.

Para que os objetivos pudessem ser atingidos e o problema de pesquisa solvido, o presente estudo empregou uma metodologia de caráter exploratório. O método utilizado foi a pesquisa de campo, usando como técnica um questionário que se configurou como instrumento de coleta de dados. Este foi elaborado e organizado com 12 perguntas de formas abertas e fechadas, permitindo a interpretação e análise dos resultados de forma quantiqualitativa (GIL,1999). O instrumento foi aplicado de forma direta em 611 respondentes escolhidos

aleatoriamente, identificados com os sujeitos da pesquisa. Buscou-se sustentação, confiabilidade estatística e credibilidade, a fim de garantir que o resultado refletisse a realidade, dentro de parâmetros proporcionais à população a partir de 20 anos, dos municípios de Santos e de Cubatão, de acordo com informações extraídas do IBGE/Seade (2012). A opção por essas duas cidades, como lócus da pesquisa, se deu em função do maior número de população, no caso de Santos, e pelo risco constante de poluição industrial, caso de Cubatão.

No âmbito da ecologia e de outras ciências, a finalidade foi detectar se as mídias mostram a natureza dos fatos com esse mesmo enfoque. Embora pareça paradoxal numa pesquisa de critérios acadêmico-científico, esta também reuniu elementos passionais, já que a temática envolve ao mesmo tempo conceitos técnicos que são defendidos também ideologicamente.

Os respondentes foram ouvidos e preencheram o questionário estruturado para a coleta de informações, disponíveis no Anexo A.

De modo geral, esse público representa a população em seus diversos estágios de compreensão e interesses diferenciados, possibilitando uma visão abrangente da influência da mídia em determinado momento nas suas percepções.

Foi utilizado um questionário de perguntas abertas e fechadas, aplicado pelo autor da pesquisa após aprovação pelo comitê de ética em pesquisas com seres humanos da UNISANTA, sob o nº CAAE: 06172512.3000.5513.

Foram solicitadas informações para caracterizar o respondente como: nome, sexo, idade, profissão, grau de instrução, bem como perguntas específicas sobre os hábitos de busca de informação; qual o interesse pelo tema e em quais mídias se informa.

A aplicação dos questionários foi feita pessoalmente em Santos e em Cubatão, abordando-se pessoas que estavam, predominantemente, na rua, em ambientes escolares e em duas universidades e um centro universitário: Universidade Católica de Santos, Universidade Santa Cecília e Centro Universitário Monte Serrat. Assim, buscou-se caracterizar o perfil do respondente em relação aos aspectos socioeconômicos e culturais. Procurou-se também qualificar o tipo de mídia pela qual buscam informações, entre as opções indicadas nas perguntas.

Foi inicialmente perguntado aos respondentes sobre o leque de consultas às mídias que costumam utilizar: jornal impresso, TV e internet, rádio e revista.

Com a análise quantitativa, buscaram-se indicações sobre o percentual de escolha de mídia, dentro do universo amostrado. Em seguida, foram tabulados os questionários para a verificação qualitativa dos resultados. As conclusões obtidas a partir desta amostra foram projetadas para a totalidade desse universo.

Os dados foram transformados, preferencialmente, em tabelas e gráficos para uma avaliação visual da frequência das diferentes respostas dos respondentes.

A definição do público da pesquisa nos municípios de Santos e de Cubatão levou em conta a faixa etária de 20 a 75 anos e mais, para um universo estimado de 421.058 pessoas e de 120.768, respectivamente, nas duas cidades (IBGE/SEADE, 2012). A partir deste dado, foi excluído o público com idade até 19 anos, o que resultou num universo populacional de 393.711 pessoas de Santos; e de 110.495, de Cubatão.

Na condição de uma pesquisa abrangente, na busca de um mínimo de 0,1% de representatividade em cada um desses municípios, a estimativa para o tamanho mínimo da amostra resultou em 454 entrevistados em Santos e 157 em Cubatão — um total de 611 respondentes —, configurando-se, assim, o universo de coleta de informações que respeita a proporção em ambas as cidades.

Este estudo envolveu também entrevistas de opinião e de avaliações sobre o papel da mídia com as seguintes fontes: Arminda Augusto, diretora-executiva do jornal *A Tribuna*; Eduardo Silva, diretor de jornalismo da *TV Tribuna*; Lane Valiengo, jornalista e ex-repórter dos jornais *A Tribuna* e *Diario Popular*; e William Schepis, presidente da ONG EcoFaxina, de Santos. Com cerca de 40 minutos de duração cada, as entrevistas foram gravadas e posteriormente decupadas (se encontram à disposição nos Anexos). O material serviu de subsídio para a compreensão do estado da arte — o método de divulgação ambiental pelas maiores mídias da RMBS e a visão dos interessados no tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os nove municípios da RMBS possuem uma área de 2.422.776 km² e uma população de 1.696.407 habitantes (IBGE/Seade, 2012). A principal cidade da região é Santos, onde fica o principal porto da América Latina. É o município mais populoso, com 421.058 habitantes, e com o maior PIB, de R$ 27,6.bilhões (Tabela 1).

A região se caracteriza pela grande diversidade de funções presentes nos municípios que a compõem. Além de contar com o Parque Industrial de Cubatão e o Complexo Portuário de Santos, desempenha importante papel no Estado, com o segmento do turismo, e é dotada de infraestrutura nas áreas do comércio atacadista e varejista, no atendimento à saúde, educação, lazer, transporte e sistema financeiro. Têm presença marcante ainda na RMBS as atividades de suporte ao comércio de exportação, originadas pela proximidade do complexo portuário.

Obtidos nos arquivos da televisão de maior audiência na RMBS, *TV Tribuna*, os assuntos ambientais apontam um valor relativamente baixo de reportagens para o período: 382 num período de 84 meses, gerando uma veiculação 4,6 (quatro vírgula seis) reportagens televisivas sobre meio ambiente por mês. Das reportagens, 220 estão concentradas em temas genéricos do meio ambiente e poucas (Tabela 2) em temas específicos, como os constantes acidentes ambientais, já aceitos de modo natural pela população.

Os resultados da pesquisa em mídia impressa, sumarizados na Tabela 2, denotam uma irregularidade no número de publicações em cada um dos anos desse período, e uma flutuação também quanto às temáticas abordadas.

As mídias consultadas, TV e jornal impresso, apontam 811 reportagens em sete anos, com 9,6 (nove vírgula sies) reportagens de mídia espontânea sobre meio ambiente por mês. Dentre essas, 39 são sobre acidentes de vazamentos de combustível; 20 sobre desmatamentos irregulares; 80 sobre meio ambiente em Cubatão; 63 sobre problemas no bioma da Serra do Mar; e 54 sobre Cubatão/Agenda 21.

Quanto aos anos com maior incidência de reportagens, nota-se, em ordem decrescente, o número de reportagens no jornal impresso nos anos de 2011 (com 82) e 2010 (com 21), sem, no entanto, se relacionar a incidência

maior ou menor de reportagens ao desenvolvimento abrupto da região, ou mesmo aos acidentes ambientais. Fica clara a falta de política para a veiculação de reportagens na área ambiental, num momento histórico tão crucial para a sustentabilidade dos ecossistemas em todo o mundo. Como lembra o jornalista Washington Novaes, ao se referir ao documento preliminar da ONU sobre a conferência Rio + 20, hoje, em todo o planeta, 1,4 bilhão de pessoas vivem na pobreza, e 1,6 bilhão são subnutridas: “O ‘desenvolvimento insustentável’ agravou o estresse na área de recursos naturais.” (NOVAES, 2012).

Tabela 2: Distribuição dos temas abordados catalogados pela emissora e o respectivo número de reportagens veiculados na *TV Tribuna* sobre meio ambiente, na forma de mídia espontânea, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2012

Assunto	Nº de reportagens
Devastação	1
Meio Ambiente	220
Reciclagem	51
Desmatamento	18
Ecologia	1
Poluição	48
Onda Limpa	20
Limpeza de praia	18
Agenda 21	5
Total	382

Tabela 3: Distribuição dos diferentes temas de reportagem veiculados como mídia espontânea no jornal *A Tribuna*, no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2012

Ano	Serra do Mar	Meio Ambiente	Combustível e Vazamento	Desmatamento	Ecologia Agenda 21	Cubatão Poluição	Cubatão Meio Ambiente
2005	15	4	7	1	10	3	26
2006	17	3	3	2	13	4	14
2007	9	6	2	2	11	7	5
2008	3	11	4	8	8	3	12
2009	4	58	1	3	4	2	9
2010	6	8	1	1	1	2	2
2011	7	41	14	1	5	5	10
2012	2	14	7	2	2	2	2
Total	63	145	39	20	54	28	80

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRADA: n=611

Na Tabela 4, a pesquisa teve a participação de um público constituído por estudantes universitários, empresários, trabalhadores técnicos e sem qualificação**,** profissionais de nível superior, profissionais liberais, donas de casas e aposentados, e demais indivíduos pertencentes às diferentes classes sociais. Ao todo, foram entrevistados 190 homens e 264 mulheres na cidade de Santos; e 81 homens e 76 mulheres em Cubatão. Os valores representam mais de 0,1% do universo de cada um dos grupos populacionais envolvidos. O percentual vem sendo aceito estatisticamente por pesquisas populacionais usadas com grande credibilidade como nos casos do Data Folha, Ibope, Enfoque, IPAT, NESE/UNISANTA.

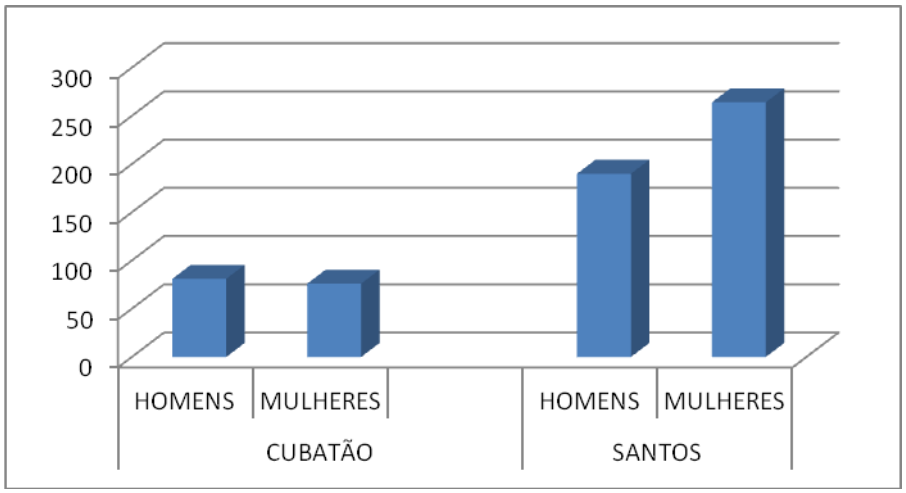
Tabela 4 — Caracterização de gênero dos respondentes nas cidades de Santos e Cubatão

	Santos	**%**
Homens	190	41,8
Mulheres	264	58,2
	Cubatão	%
Homens	81	51,6
Mulheres	76	48,4
	Total	%
Homens	271	44,35
Mulheres	340	55,65

Os respondentes se encaixam na proposta do trabalho; ou seja, são estudantes universitários, empresários, trabalhadores técnicos ou sem qualificação**,** profissionais de nível superior, profissionais liberais, donas de casas e aposentados, e demais indivíduos pertencentes às diferentes classes sociais.

A proximidade numérica entre os gêneros na amostragem (Gráfico 1) foi importante no diagnóstico da percepção sobre as mídias neste estudo. Segundo Leonardo Athias, técnico do IBGE, homens e mulheres tendem cada vez mais a se igualar em todas as atividades, com a tendência de que num futuro próximo todos tenham o mesmo nível educacional e que os ganhos em escolaridade tornem a população um pouco mais homogênea. (IBGE, 2012).

Gráfico 1: Percentagem dos gêneros amostrados nas cidades onde o estudo foi aplicado



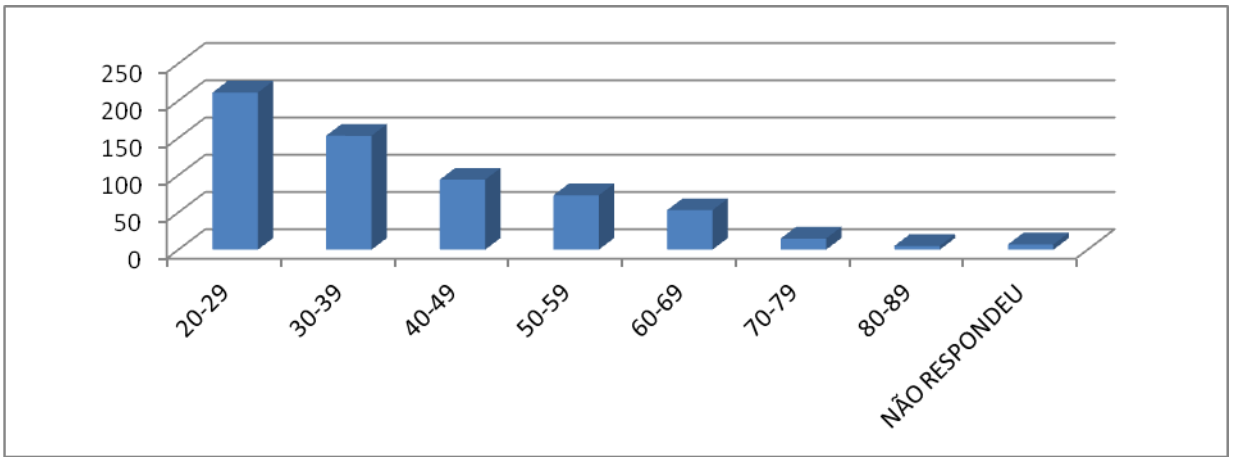
Na Tabela 5 e no Gráfico 2 são apresentadas as faixas etárias agrupadas durante o processamento dos dados da pesquisa, tendo como modelo as faixas adotadas pelo Seade. Pode-se destacar que a predominância de indivíduos amostrados se concentra nas faixas etárias de menor idade, de 20 a 29 anos (34%). A ressaltar é que a faixa etária de 60 a 69 anos (2,45%) são de respondentes contemporâneos aos graves acidentes ocorridos em Cubatão — devastação da Serra do Mar, despejo de Pó-da-China e incêndio na Vila Socó. Outrossim, foi na década de 1980 que a ONU o considerou o município mais poluído do mundo e sobre o qual uma emissora francesa de tevê fez um documentário de repercussão mundial, traduzindo o que isso significava: as crianças da Vila Parisi nunca haviam visto flores nem borboletas, o que deu ao bairro a alcunha de Vale da Morte.

Tabela 5 — Idade dos respondentes

Idade	n= 611	%
20 – 29	211	34,53
30 – 39	153	25,04
40 – 49	94	15,38
50 – 59	73	11,95
60 – 69	53	8,67
70 – 79	15	2,45
80 – 89	5	0,85
Não Respondeu	7	1,14

Contudo, com a união de indústrias, comunidade e governo, o município conseguiu controlar 98% do nível de poluentes no ar. Por isso, em 1992, recebeu da ONU o título de Cidade-Símbolo da Recuperação Ambiental. (IBGE, 2012).

Gráfico 2: Idade dos respondentes de ambos os sexos



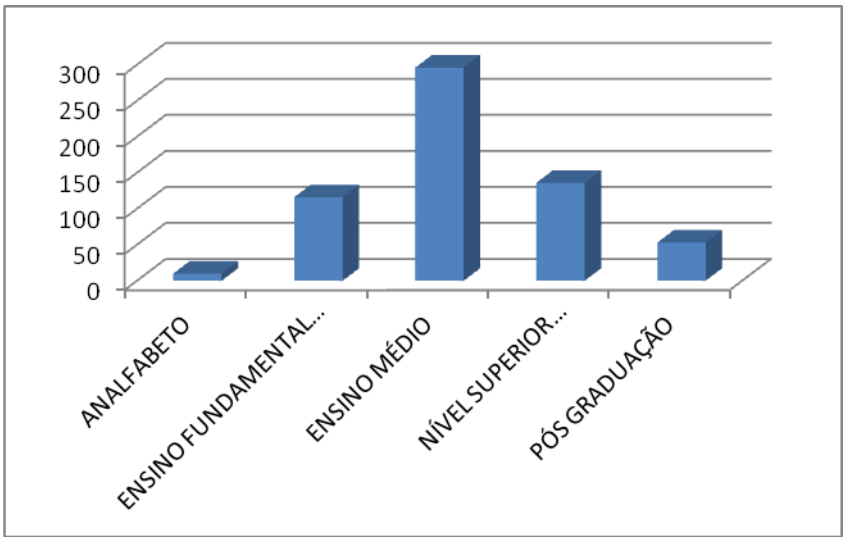
Quanto à escolaridade (Tabela 6), considerando o total das respostas, 296 pessoas com ensino médio procuram saber sobre o meio ambienta em suas cidades, e 136 respondentes de nível superior se interessam por assuntos ligados ao ambiente. Pode-se observar que há um distanciamento entre o nível superior e o pós-graduado (Gráfico 3). Mas ambos possuem interesse no assunto. Tem-se dez analfabetos, um número representativo, em se tratando de

duas cidades com infraestrutura em todos os setores, uma industrial e a outra com o maior porto da América Latina.

Tabela 6 — Nível de escolaridade dos respondentes nos dois municípios

Grau de instrução	Respondentes	%
Analfabeto	10	1,64
Ensino Fundamental Completo/Incompleto	116	18,98
Ensino Médio	296	48,44
Nível Superior Completo/Incompleto	136	22,26
Pós Graduação	53	8,67

Gráfico 3: Nível de escolaridade dos respondentes nos dois municípios



Para esclarecer melhor de que forma o aumento do nível de educacional está associado à melhora no que diz respeito ao entendimento de assuntos e leituras de interesse geral, deve-se recorrer ao último censo que evidencia uma melhoria na escolaridade da população, ocorrida na última década. Na faixa etária de dez anos ou mais de idade, o nível de instrução aumentou de 2000 a 2010, enquanto que o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 65,1% para 50,2%; e o da população com pelo menos o curso superior completo aumentou de 4,4% para 7,9%. (IBGE/SEADE 2012).

Na Tabela 7, se observa que o maior número de respondentes por faixa de renda (245) está situado entre um e dois salários mínimos nas cidades de Santos e de Cubatão, o que representa 40,1% dos amostrados; e um número expressivo de pessoas ainda não tem renda (11,62%). Nota-se também que há uma faixa considerável de entrevistados de baixa renda familiar, entre dois e três salários, representando 27,7% do total (Gráfico 4).

Tabela 7 — Renda dos respondentes

Faixa salarial	n=611	%
Um até dois salários mínimos	245	40,1
Dois até três salários mínimos	166	27,17
Três até cinco salários mínimos	62	10,15
Cinco até dez salários mínimos	43	7,04
Dez até vinte salários mínimos	19	3,11
Acima de vinte salários mínimos	5	0,82
Sem renda	71	11,62

Gráfico 4 — Renda dos respondentes

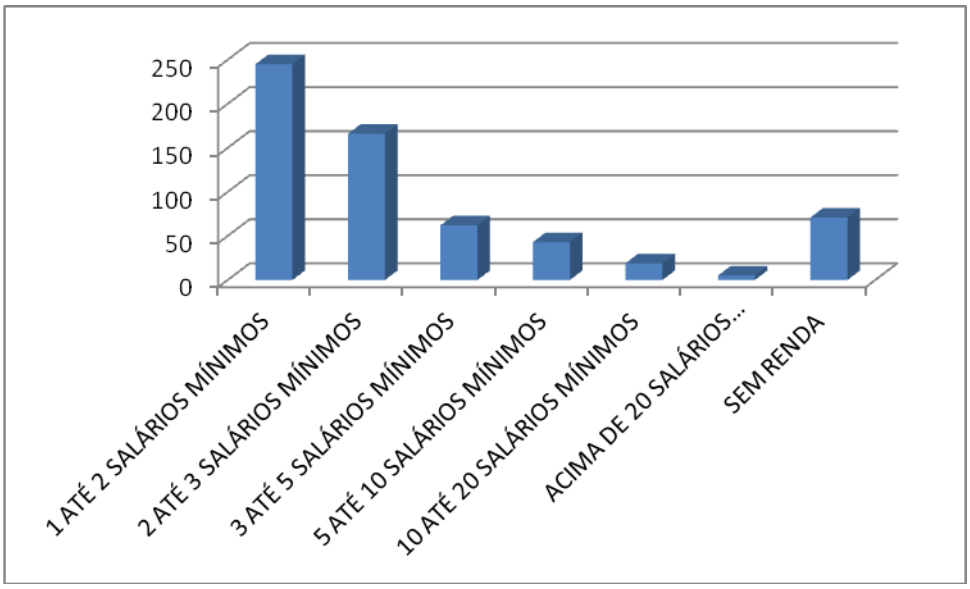


Tabela 8 — Profissão dos respondentes

Profissão declarada	Qt	Profissão declarada	Qt	Profissão declarada	Qt
Desempregado	60	Segurança	3	Serviços gerais	3
Aposentado	48	Biólogo	3	Cozinheira	3
Dona de casa	47	Corretor	2	Gerente comercial	1
Professor	45	Costureira	2	Jogador	1
Comerciante	29	Técnica de enfermagem	2	Jornaleiro	1
Autônomo	25	Estivador	2	Químico	1
Vendedora	22	Relações-públicas	2	Psicólogo	1
Ajudante geral	21	Auxiliar de manutenção	2	Promotora de vendas	1
Jornalista	18	Dentista	2	Geógrafo	1
Estudante	17	Motoboy	2	Professora	1
Não respondeu	12	Publicitário	2	Web design	1
Teleatendente	12	Arquiteto	2	Polidor	1
Desempregada	11	Prog. de computador	2	Oper. de decupagem	1
Diarista	9	Autônoma	2	Pintor	1
Cabelereira	8	Pedagoga	2	Operadora de caixa	1
Oper. de máquinas	8	Advogado	2	Operadora de micro	1
Manicure	8	Agente de negócios	1	Panfletagem	1
Motorista	7	Copeira	1	Pesq. de tecnologia	1
Porteiro	6	Vendedor	1	Não informou	1
Auxiliar de escritório	10	Agente de atendimento	1	Encarregado	1
Operador de caixa	6	Vistoriador de contêiner	1	Secretária	1
Funcionário público	6	Contabilidade	1	Fisioterapeuta	1
Mecânico	6	Consultor coaching	1	Despachante	1
Nenhuma	5	Cozinheiro	1	Perito criminal civil	1
Faxineira	5	Serralheiro	1	Represent. farmacêutica	1
Repositor	5	Controlador de acesso	1	Represent. comercial	1
Segurança	5	Veterinária	1	Editor	1
Aux. administrativo	5	Aux importação	1	Gerente	1
Universitário	5	Analista financeiro	1	Empresário	1
Fotógrafo	4	Assistente social	1	Cuidadora	1
Adm. de empresas	4	Barbeiro	1	Enfermeira	1
Ajudante	4	Aux. de limpeza	1	Engenheiro	1
Coleta de lixo	4	Teleoperadora	1	Engenheiro civil	1
Físico	1	Despachante aduaneiro	1	Engenheiro mecânico	1
Pedreiro	4	Aux dentista	1		
Soldador	4	Aux de secretária	1	Radialista	1
Recepcionista	3	Técnico de áudio	1	Químico industrial	1
Assist. de vendas	3	Técnico em eletrônica	1	Eletricista	1
Carpinteiro	3	Caminhoneiro	1		

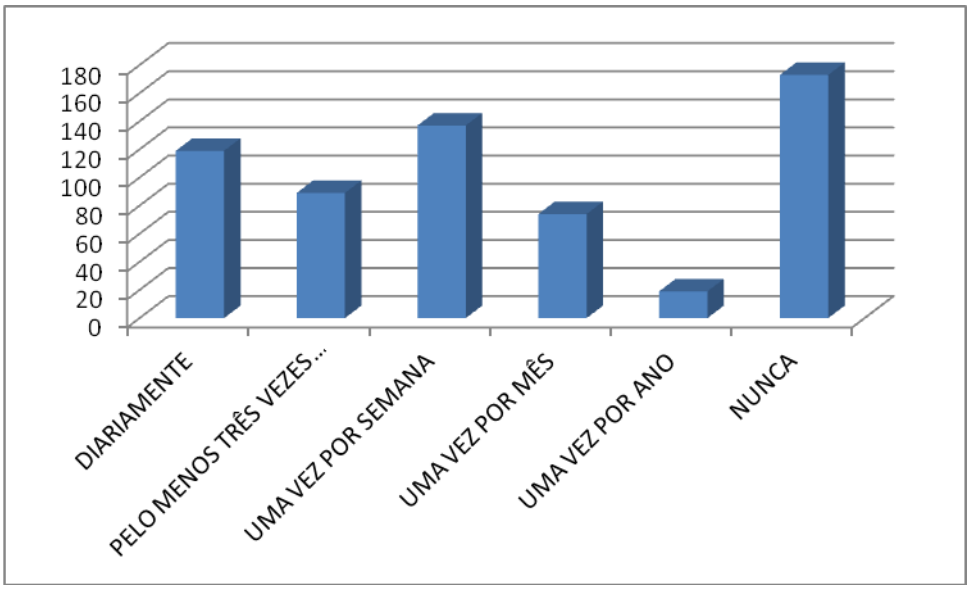
3.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS SOBRE PERCEPÇÃO E MÍDIA

Quando observada a Tabela 9, verifica-se que, dos que responderam sobre a frequência com que buscam ou obtêm informações sobre o meio ambiente, 119 respondentes fazem isso diariamente. Em seguida, vêm os que só informam uma vez por semana, com 137 respondentes (Gráfico 5).

Tabela 9 — Frequência com que busca informações sobre o meio ambiente

Frequência	n=611	%
Diariamente	119	19,47
Pelo menos três vezes por semana	89	14,56
Uma vez por semana	137	22,42
Uma vez por mês	74	12,11
Uma vez por ano	19	3,11
Nunca	173	28,31

Gráfico 5 — Frequência com que busca informações sobre o meio ambiente



Nesse item do questionário o que mais surpreendeu é que os que responderam que nunca se informam representa um número expressivo: 173 entrevistados. Considerando as respostas da Tabela 10, se confirma que ver TV

é a atividade preferida no tempo livre. Apesar do avanço das novas tecnologias, principalmente a internet, o consumo de tevê continua crescendo (IBOPE, 2010). Possíveis explicações para o aumento são o desemprego, maior população idosa e venda recorde de televisores em 2005. A partir da mesma tabela, que segue abaixo, os entrevistados deram mais de uma resposta.

Tabela 10 — Preferência dos respondentes que se informam por TV

Mídia	Respostas	%
TV Tribuna (Globo)	524	68,58
TV Record Litoral	116	15,18
Não Assiste	59	7,72
VTV (SBT)	30	3,93
Santa Cecília TV	18	2,35
TV Brasil (Band)	13	1,7
TV UniSantos	2	0,26
TV Com	2	0,26

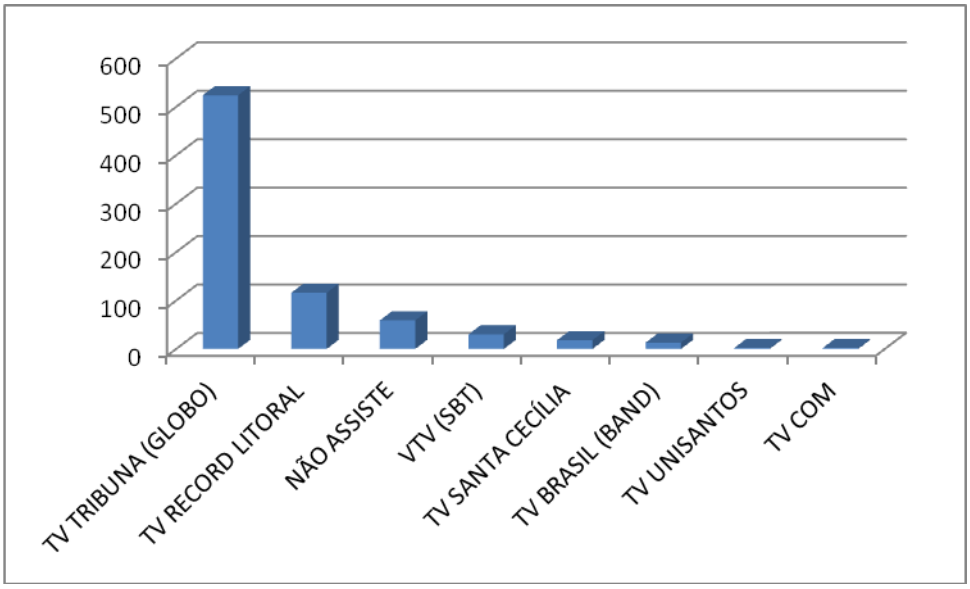
O Gráfico 6 aponta a hegemonia de algumas mídias na região. Segundo Alberto Dines, não se pode esquecer que, independentemente disso, em termos de quantidade, a TV se confirmará como o principal meio de comunicação:

> Em termos de superficialidade, também. Funcionando como motivadora, a partir dela inicia-se o processo global da comunicação. Ela é a polarizadora da atenção e nisto reside a principal responsabilidade dos homens de TV: dependendo das aberturas que oferecer à audiência, a TV pode ser, tanto um estímulo cultural, como uma reticência intelectual". (Dines, 1986, p.80).

Se no jornal o assunto meio ambiente pouco aparece, na *TV Tribuna*, que detém a maior audiência da região, ocorre o mesmo. De acordo com Eduardo Silva, diretor de jornalismo, por ser associada à Rede Globo a única editoria fixa da emissora santista, prevista inclusive em contrato, é a de futebol. Com exceção dos setoristas que se dedicam à cobertura do Santos Futebol Clube, todos os outros profissionais precisam estar preparados para abordar no dia a dia qualquer tipo de assunto. Diante disso, não existe na *TV Tribuna* uma editoria exclusiva de meio ambiente. Diz Eduardo Silva:

> Abordamos o tema meio ambiente em duas situações: no programa Rota do Sol, que já fez algumas reportagens voltadas a isso em Cubatão, no Litoral Sul e no Vale do Ribeira; e abordamos o assunto também nos telejornais. Mas não há periodicidade certa. Às vezes, o telespectador sugere pautas de meio ambiente e, geralmente, atendemos, até porque, como não são muitos os pedidos de pauta, é mais fácil atender. (ANEXO J, 2013).

Gráfico 6 — Histograma dos entrevistados que se informam pela tevê



Analisando a Tabela 11, se percebe que a maioria, 306, quase a metade do total, lê o jornal *A Tribuna*, enquanto o segundo maior número, de 213, surpreende, pois é o de não leitores. Depois, vêm os que leem o *Expresso Popular*, que somam 82 respondentes.

Tabela 11 — Preferência dos respondentes que se informam por jornal impresso

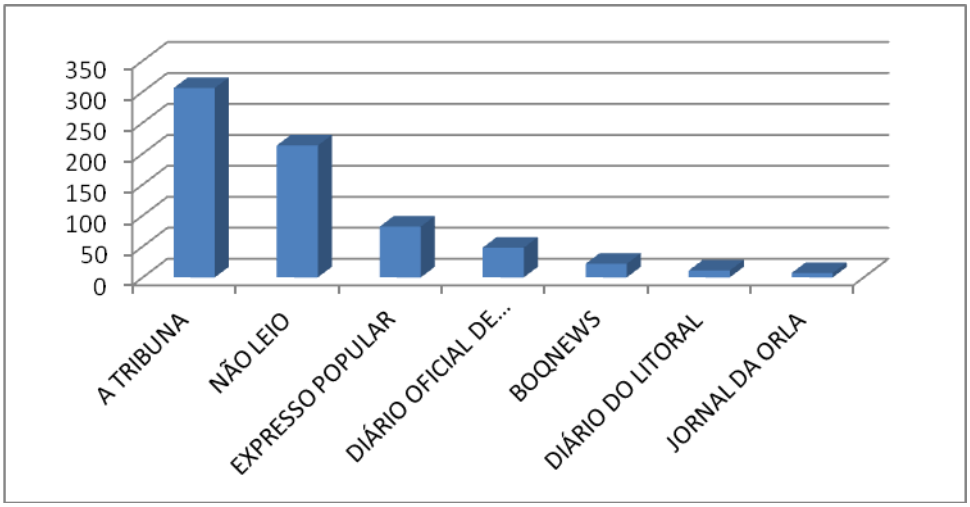
Mídia	Respostas	%
A Tribuna	306	44,41
Não leio	213	30,91
Expresso Popular	82	11,9
Diário Oficial de Santos	48	6,97
Boqnews	22	3,19
Diário do Litoral	11	1,6
Jornal da Orla	7	1,02

Na sequência, está o *Diário Oficial de Santos*, com 48, seguido do *Boqnews*, semanal e regional, com 22. O segundo jornal diário da região é o *Diário do Litoral*, que é o próximo, com 11 respondentes, vindo, em seguida, o *Jornal da Orla*, com sete.

Historicamente, a evolução do jornalismo está diretamente conectada ao desenvolvimento tecnológico desde os primórdios da atividade. A partir do século 15, com a invenção da prensa de dois tipos móveis por Gutenberg, as invenções tecnológicas que se seguiram a partir daí só fortaleceram a difusão da informação. (JACOB, 2012).

Atualmente, a discussão ocorre sobre como reativar e dar fôlego novo aos impressos, levando-os às posições de importância que sempre tiveram (CORRÊA, 2009). A exemplo da televisão, o Gráfico 7 reforça que também nesse tipo de mídia destaca-se a preponderância de um único veículo.

Gráfico 7— Histograma dos entrevistados que se informam por jornal impresso

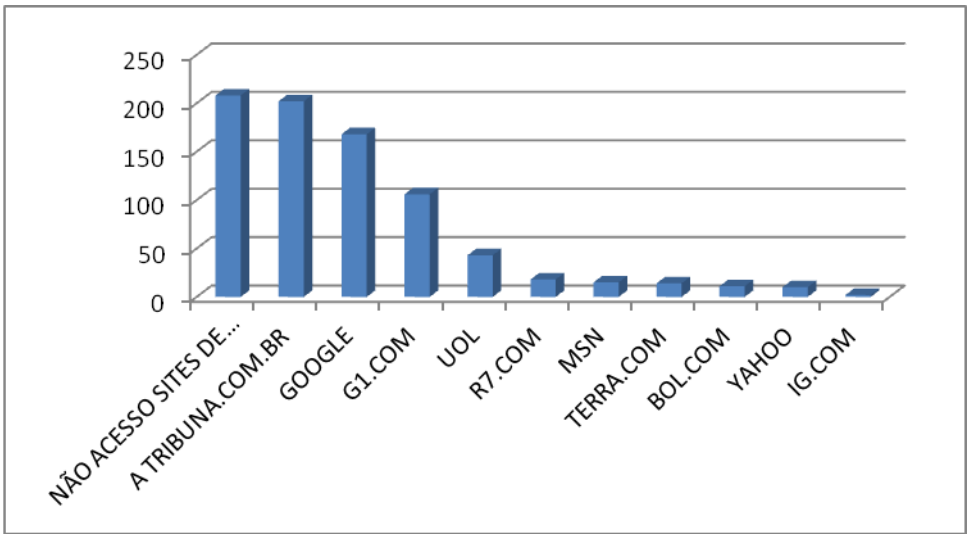


A Tabela 12 identifica a internet como uma ferramenta importante de informação, que além de tudo distrai e comunica (TORRES, 2010). Apesar do elevado número de declarações dos que não acessam sites de notícias (208), a soma dos que buscam notícias na internet foi mais do que duas vezes maior, apenas em três destes veículos: no site de *A Tribuna* (202 respostas); *Google* (168); e o do *Portal G1* (106). Outros sites de informação como UOL, R7, MSN, Terra, BOL, Yahoo e IG completam a pesquisa no total das 797 respostas obtidas para o público dos 611 entrevistados (Gráfico 8).

Tabela 12 — Preferência dos respondentes que se informam por internet

Site de busca de notícias	Respostas	%
Não acesso sites de notícia	208	26,1
ATribuna.com.br	202	25,34
Google	168	21,08
G1.com	106	13,3
UOL	43	5,39
R7.com	18	2,26
MSN	15	1,88
Terra.com	14	1,76
Bol.com	11	1,38
Yahoo	10	1,25
IG.com	2	0,25

Gráfico 8 — Histograma dos entrevistados que se informam por internet



Considerando esses percentuais, é possível inferir que a internet é mais acessível e propicia melhor relação de custo-benefício na busca de informações do que o jornal impresso. Há também que se lembrar que a maioria dos usuários de computador e internet conta cada vez mais com conexões de acesso rápido nas residências localizadas em regiões metropolitanas. (PEREIRA, 2013).

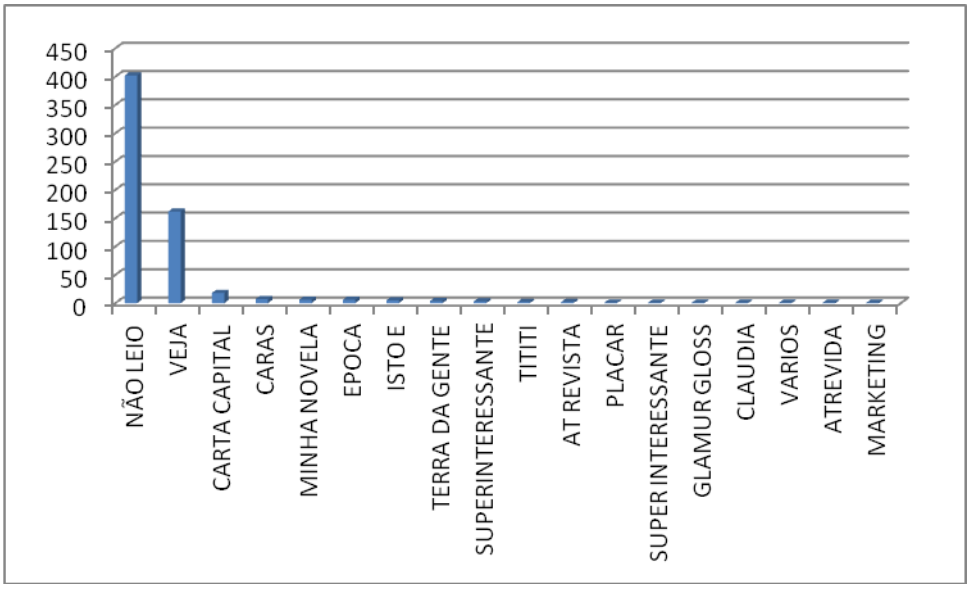
Ainda com relação às facilidades de acesso, a aquisição de equipamentos de informática se popularizou. Sendo assim, não é incomum que os usuários declarem possuir mais do que um PC em suas residências. Isso confirma as percepções divulgadas de avanço da web como veículo de informação. (INTERNET WORLD STATS, 2012).

Na Tabela 13, certifica-se que o produto revista é pouco consumido quando se trata de buscar informações sobre o meio ambiente. Dentre as revistas a *Veja* lidera na preferência dos pesquisados que se interessam pelas questões relativas ao meio ambiente. Neste aspecto, a pesquisa não surpreende, pois a Veja lidera o mercado nacional de revistas, com mais de 1,2 milhão de exemplares vendidos. A *Carta Capital* vem em segundo lugar. O número de entrevistados que declarou que não lê revista foi surpreendentemente alto (402), conforme evidenciado no Gráfico 9, em um universo de 624 respostas. Ambas as revistas que lideram a preferência dos leitores da pesquisa são semanais. Portanto, perfeitamente adequadas para esse tipo de notícia e de reportagem. Do segmento semanal, a *Época* e a *Isto É* também foram lembradas. Com exceção da *Superinteressante*, que ocasionalmente pode trazer esse tipo de assunto, as demais revistas citadas se concentram num segmento do mercado editorial diverso ao tema meio ambiente.

Tabela 13 — Preferência dos respondentes que se informam por revista.
(n= 611 entrevistados, com possibilidade de citação de mais de uma opção)

Mídia	Respostas	%
Não leio	402	64,42
Veja	162	25,96
Carta Capital	18	2,88
Caras	7	1,12
Minha Novela	6	0,96
Época	6	0,96
Isto È	5	0,80
Terra da Gente	4	0,64
Superinteressante	3	0,48
Tititi	2	0,32
AT Revista	2	0,32
Placar	1	0,16
Gloss	1	0,16
Claudia	1	0,16
Vários	1	0,16
Atrevida	1	0,16
Marketing	1	0,16

Gráfico 9 — Histograma dos respondentes que se informam por revista. (n= 611 entrevistados citando mais de uma opção)



A pesquisa não se ateve em especular que estilo de reportagem o respondente prefere ao ler jornal ou revista. No entanto, a tendência é que quanto mais histórias humanas estiverem em foco, mais o noticiário atrai a atenção. O jornalista e sociólogo Ignacio Ramonet aponta que mesmo com o avanço da tecnologia o leitor contempôraneo preza as boas histórias:

> Os leitores continuam exigindo seu direito a uma informação confiável e de qualidade, uma disputa mais importante do que nunca para cada cidadão e para a democracia. Mas eles não esquecem o essencial: eles apreciam ler histórias. O jornalismo não consiste somente em fornecer estatísticas, dados e fatos, mas em elaborar e construir, com base nessa matéria-prima, uma narrativa rica em todos os ingredientes — lexicais, retóricos, dramáticos — das grandes histórias de sempre. O jornalismo também parte — esquecemos sempre — da arte literária. (RAMONET, 2012, p.137).

O jornalista e escritor Tomás Eloy Martinez — falecido em 31 de janeiro de 2010 — insistia também no jornalismo com um rosto humano, ou seja, focado sempre que possível em histórias. Em conferência de imprensa no México, ele discursou:

> A grande resposta do jornalismo escrito contemporâneo ao desafio dos meios audiovisuais é descobrir, onde antes havia apenas um fato, o ser humano que está atrás desse fato, a pessoa de carne e osso afetada pelos ventos da realidade. A

> notícia deixou de ser objetiva para tornar-se individual. Melhor dizendo: as notícias melhor contadas são aquelas que revelam, através da experiência de uma só pessoa, tudo o que é preciso saber. Isso não se pode fazer sempre, é claro. É preciso primeiro investigar qual é o personagem paradigmático que poderia refletir, como um prisma, as luzes cambiantes da realidade. Não se trata de narrar por narrar. Alguns jovens jornalistas creem, às vezes, que narrar é imaginar ou inventar, sem perceber que o jornalismo é um ofício extremamente sensível, onde a mais ligeira falsidade, o mais ligeiro desvio, pode fazer pedaços na confiança que se foi criando no leitor durante anos. Nem todos os repórteres sabem narrar, e o que é mais importante ainda, nem todas as notícias se prestam a serem narradas. Mas antes de rechaçar esse desafio, um jornalista de raça deve-se perguntar primeiro se é possível fazer isso e, em seguida, se é conveniente ou não fazê-lo. Narrar a votação de uma lei no Senado a partir do que opina ou faz um senador pode resultar inútil, além de patético. Mas contar o acidente da princesa Diana através do que viu ou sentiu uma testemunha — supondo que existisse essa testemunha privilegiada — seria algo que só poderia ser bem feito com a linguagem, e não com o despojamento das imagens ou com os sobressaltos da voz. (MARTINEZ, 1997).

O professor e jornalista Michael Frome igualmente reforça a questão do estilo. Segundo ele, quando os repórteres cobrem questões ambientais, na maioria das vezes recorrem a autoridades e fontes oficiais, acessíveis e respeitáveis. O repórter irreverente, de pensamento independente, que vasculha arquivos e entrevista dissidentes, está sujeito a pagar o preço de uma reclamação ao editor “pelo pecado imperdoável de ter perdido a objetividade". (FROME, 2008). Para encerrar esse tópico, é preciso salientar que todas as reportagens de conteúdo ambiental do jornal *A Tribuna* que foram lidas pelo autor durante a pesquisa para este trabalho, nenhuma traz uma linguagem diferenciada ou outro tipo de apelo que tente sensibilizar de algum modo o leitor para a gravidade do tema em foco. São relatos na acepção da palavra, ou seja, com dados e declarações oficiais. O noticiário foge ao espírito do que pregam os especialistas no jornalismo ambiental e mesmo à própria definição da editora-executiva de *A Tribuna*, Arminda Augusto:

> O jornalismo ambiental vai além de se noticiar o fato, pois existe a responsabilidade de criar uma consciência ambiental. Então, não é apenas falar que as pessoas estão jogando óleo de cozinha pela pia. Eu acho que é você dar instrumentos para o seu leitor, não apenas se familiarizar com o tema, e sim o que tem que fazer para que a coisa funcione, para que seja equilibrada, e é de uma responsabilidade muito grande. É diferente do jornalismo de saúde ou político — é você realmente conscientizar, é abordar o assunto de tal forma que se seja

> didático e faça o leitor entender que não é uma notícia como outra qualquer; ele deve parar, refletir e ver que caminho vai seguir daqui por diante. (ANEXO I, 2013).

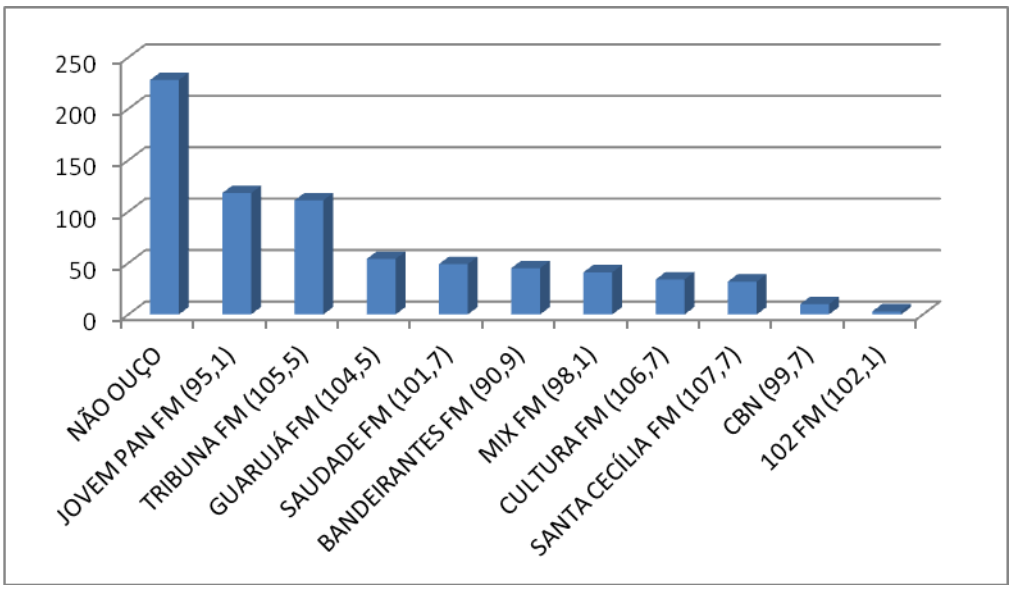
De acordo com as respostas na Tabela 14, 208 respondentes não ouvem rádio, apesar de ser o veículo de comunicação com maior poder de penetração em todas as camadas da população. A explicação para isso pode estar no tempo que os respondentes passam fora de casa, no trabalho ou na universidade. Pois desde a sua invenção, há mais de cem anos, o rádio é considerado um dos meios de comunicação de maior importância na prestação de serviços. Portanto, o Gráfico 10 evidencia um percentual de 2/3 dos respondentes que ainda se valem dele para se informar.

Sendo o rádio um veículo integrado aos demais meios de comunicação, se mantém ligado permanentemente com as novidades. O rádio está fadado a se antecipar à própria TV (com exceção dos horários nobres em que os telejornais estão mais presentes). Não se pode dirigir um carro, trabalhar, caminhar ou ler, vendo TV ou buscando informações na internet. Já com o rádio, sim.

Tabela 14 — Preferência dos respondentes que se informam por rádio. (Citadas mais de uma opção)

Mídia	Respostas	%
Não ouço	228	31,45
Jovem Pan FM (95,1)	118	16,28
Tribuna FM (105,5)	111	15,31
Guarujá FM (104,5)	54	7,45
Saudade FM (101,7)	49	6,76
Bandeirantes FM (90,9)	45	6,2
Mix FM (98,1)	41	5,65
Cultura FM (106,7)	34	4,7
Santa Cecília FM	32	4,41
CBN FM (99,7)	10	1,38
102 FM (102,1)	3	0,41

Gráfico 10 — Histograma dos entrevistados que se informam pelo rádio



Na Tabela 15, a pesquisa demonstrou que a maior fonte de informação sobre a Rio + 20 foi a TV, com 277 respostas. É de ressaltar, no entanto, que 386 respostas — ou seja, cerca de 48,19% das declarações — apontam para o não acompanhamento do evento.

Tabela 15 — Respondentes que acompanharam a Rio+20. Por qual mídia. (Citadas mais de uma opção)

Mídia pela qual acompanhou o evento Rio + 20	Respostas	%
Não acompanhou	386	48,19
Sim	130	16,23
TV	147	18,35
Internet	55	6,86
Impresso	29	3,62
Com outras pessoas	23	2,87
Revista	16	1,99
Rádio	15	1,87

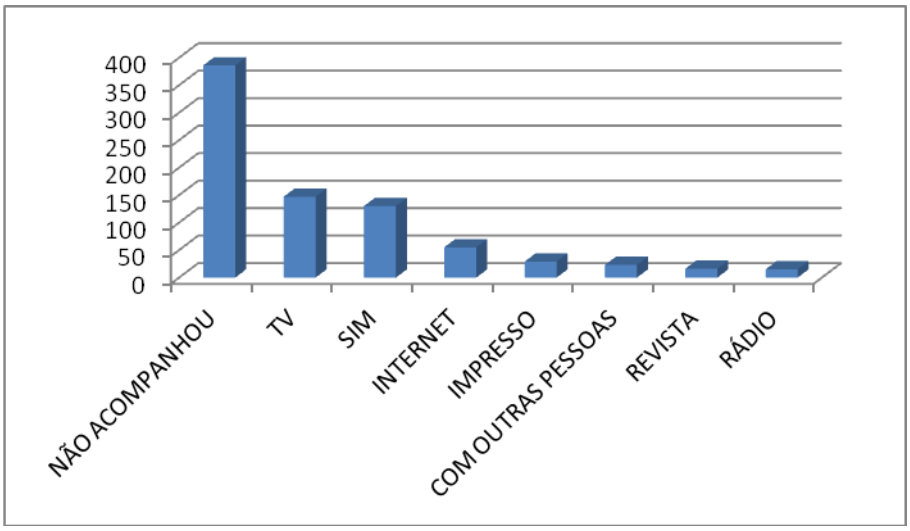
Foi um acontecimento de dimensões mundiais, coincidentemente ocorrido num determinado período dentro da janela de observação da pesquisa, e que abordou assuntos ligados ao meio ambiente e a sustentabilidade, sobre os quais o interesse da mídia supostamente cresceu.

Apesar de não se tratar de uma informação com o perfil de uma notícia para a massa da população, por ser mais restrita, talvez, às pessoas com grau de consciência e formação supostamente mais elevadas, mesmo assim obteve atenção especial dos veículos de comunicação por motivações também políticas.

Os veículos que pautam os fatos do cotidiano, ao selecionarem os assuntos que serão notícia naquele dia, costumam se concentrar em eventos de curta duração e que tenham alguma relação com um círculo mais restrito de receptores. Como afirma Kunckik (2002), realizam a seleção de notícias baseados em uma orientação local ou etnocêntrica de fatos que não se encontram longe no passado, preferencialmente os fatos do dia.

Mas apesar da notoriedade da divulgação do evento da Rio + 20 os dados dos entrevistados das cidades de Santos e de Cubatão ainda ficaram muito aquém do que se pode definir como sendo um conjunto de “notícias impactantes”, conforme demonstrado no Gráfico 11 pela incidência do alto número de pessoas que declararam não ter acompanhado o evento pela mídia.

Gráfico 11 — Histograma dos entrevistados que acompanharam a Rio+20 e em qual mídia



Considerando as respostas da Tabela 16, se pode observar que não sabem sobre os acidentes ambientais mais de 208 respondentes dentre os entrevistados, o que dá indício de uma cobertura dos veículos de comunicação pouco abrangente do assunto.

A cobertura da mídia em meio ambiente encontra sua parcela de responsabilidade nos agentes que a realizam, bem como no contexto em que a mídia é trabalhada. Assim, o baixo grau de informação dos leitores, ouvintes e internautas nas respostas reflete, em parte, a forma como a mídia trata o assunto aqui.

Segundo Frome (2008), os editores e repórteres competentes têm prestado um ótimo trabalho para o meio ambiente, mas de forma alguma os números da divulgação estão perto de serem representativos da importância do meio ambiente para o mundo atual.

De fato, muitos editores e jornalistas são bem informados e disciplinados por ideias de ética profissional a respeito de evidências, isenção, verdade e o direito do público ser informado. No entanto, Frome ressalta: “Os jornalistas ditos ambientalistas tentam ser justos, mas as probabilidades de receber um tratamento justo na mídia de massa, que visa majoritariamente o lucro, estão contra eles e contra o próprio meio ambiente”.

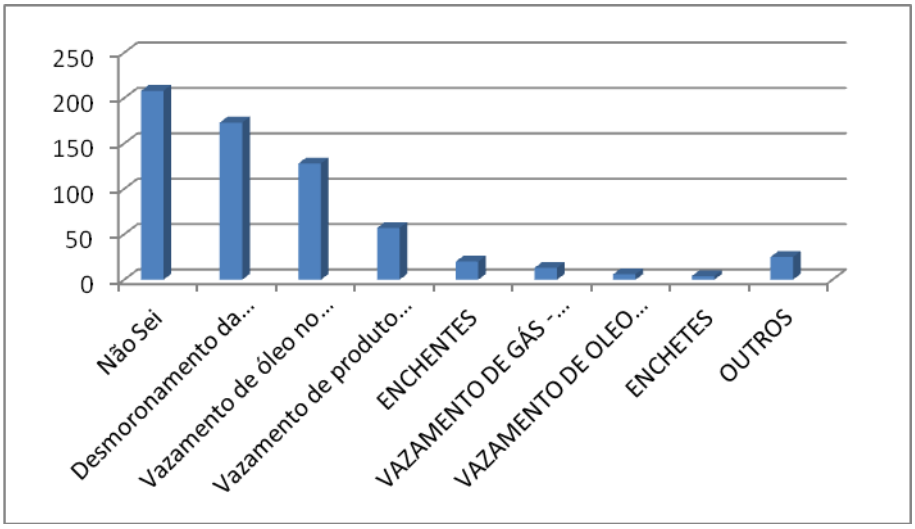
Tabela 16 — Respondentes que citaram um acidente ambiental marcante, cujo conhecimento se deu pela mídia da Baixada Santista entre 2005-2012. (Citadas mais de uma opção)

Evento citado	Respostas	%
Não sei	208	32,8
Desmoronamento da Pedreira em Santos	173	27,28
Vazamento de óleo no estuário	128	20,19
Vazamento de produto químico na R. Piaçaguera	57	9
Enchentes	20	3,15
Vazamento de combustível na Vila Socó	13	2,05
Vazamento de óleo no Rio	6	0,94
Enchentes	4	0,63
Outros	25	3,94

Dentre os assuntos ambientais citados espontaneamente nas repostas, o Gráfico 12 evidencia a predominância de fatos que são relativamente recorrentes na mídia (vazamento de óleo no estuário de Santos e de produto químico na Rodovia Piaçaguera, em Cubatão) e de um episódio em particular que foi o desmoronamento de uma pedreira em Santos em abril de 2011 (27% das respostas). Nota-se nesses casos que a notoriedade da percepção pode ter

ocorrido devido ao maior tempo e espaço de exposição ocupadas por estas notícias nas mídias analisadas.

Gráfico 12: Histograma dos entrevistados que citaram um acidente ambiental marcante, com conhecimento do fato pela mídia da Baixada Santista entre 2005/2012



Analisando as respostas mencionadas na Tabela 16, referentes aos entrevistados sobre os problemas ambientais das cidades de Santos e de Cubatão, constata-se que lideram a lista a falta de saneamento básico e a poluição das praias e do ar, o que de algum modo é surpreendente pelo fato de que as duas cidades sofreram danos ambientais muito mais graves causados pelas atividades relacionadas ao crescimento de atividades do Porto de Santos e da região metropolitana, no período analisado por esta pesquisa, do que propriamente com o saneamento e a poluição, que foram problemas mais evidentes em décadas passadas.

Sendo assim, hoje se faz necessária uma mudança da atuação do jornalismo, que deve agir de acordo com princípios éticos. O papel dos jornalistas como porta-vozes da verdade, formadores de opinião e interpretes, não pode ser reduzido a uma peça substituível para outro sistema social; jornalistas não são meros narradores de fatos. (ANDERSON, 2013).

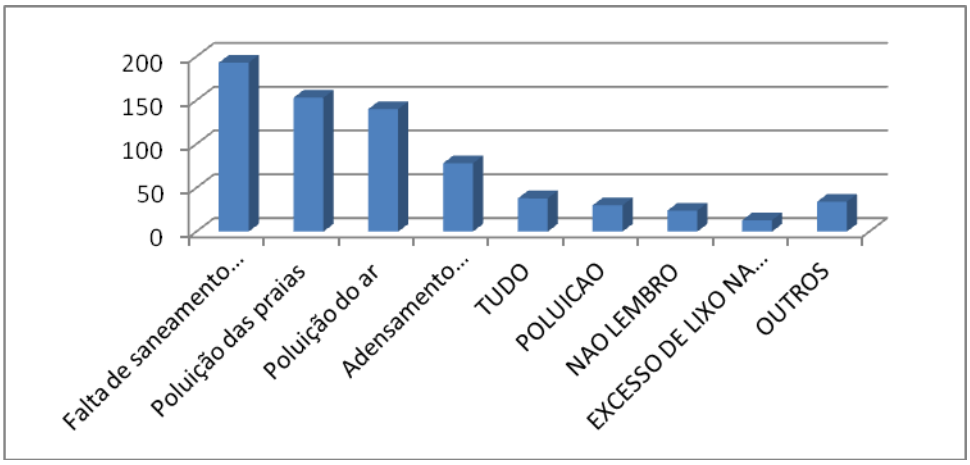
Tabela 17: Respondentes que mencionaram qual o principal problema ambiental da Baixada Santista (Citadas mais de uma opção)

Respostas mencionadas	Respostas	%
Falta de saneamento básico	193	27,45
Poluição das praias	153	21,76
Poluição do ar	140	19,91
Adensamento populacional	78	11,09
Tudo	38	5,4
Poluição	30	4,26
Não lembro	24	3,41
Excesso de lixo na cidade	13	18,5
Outros	34	4,83

O futuro é hoje. O mundo precisa cada vez mais de profissionais de comunicação que se dediquem em tempo integral a relatar fatos, mesmo que alguém, em algum lugar, não deseje vê-lo divulgados, e que não limite apenas a tornar disponível a informação (mercadoria pela qual somos “bombardeados”), mas que contextualize a informação de modo que chegue ao público e neste repercuta.

O Gráfico 13 evidencia que nem todos os assuntos são igualmente divulgados pela mídia e, consequentemente, percebidos pela população. Evidenciando-se que a mídia ainda trata assuntos ambientais de modo a nem sempre contemplar os assuntos mais relevantes sobre o meio ambiente.

Gráfico 13: Histograma dos entrevistados que mencionaram os principais problemas ambientais da Baixada Santista



Nas respostas do questionário se destacaram oito itens direcionados diretamente à questão ambiental, considerando-se que o conhecimento de tais assuntos só seria possível através dos meios de comunicação. Mesmo assim, o resultado ainda é insignificante diante do fato de que hoje alguns países começam a ter posições mais sérias sobre o assunto. A televisão, o jornal impresso e a internet têm uma importância nesse contexto, considerando seu papel como veículos de massa e com penetração nos segmentos com pouco grau de escolaridade. É nesse processo de observação que se valorizam os telejornais, quando focam problemas ambientais de caráter mundial, muitas vezes relegando a segundo plano os de impacto regional.

Os temas mais relevantes que disseram respeito ao Brasil no cenário internacional, como nos casos da Rio + 20, ocorrida em 2012, e mesmo o da Convenção da Biodiversidade, em 2010, em menor escala de repercussão, a mídia alcançou maior alcance com a divulgação do tema ambiental em diferentes níveis e públicos do que com os acidentes ambientais que ocorreram no período analisado.

As revistas foram também escolhidas como opção de mídia, pois este tipo de publicação tem como foco os fatos semanais, quinzenais ou mensais. Sendo assim, as revistas muitas vezes privilegiam o meio ambiente, aprofundando assuntos que, na cobertura da mídia cotidiana, são tratados apenas superficialmente. Um bom exemplo é a revista *Piauí* (setembro de 2013), que trouxe um artigo-reportagem de mais de cinco páginas — note-se aqui que as páginas da revista medem 26,5 centímetros de largura, por 34,8 centímetros de altura — discutindo o aquecimento global e o não comprometimento de governos ao redor do mundo em enfrentá-lo.

O rádio também foi utilizado aqui como referência porque se encontra estruturado e organizado em arquivos com noticiários gravados disponibilizados para pesquisas. Não obstante, na Baixada Santista é rara a prática do jornalismo diário de rádio que se dedique à cobertura de meio ambiente. Quando muito, o rádio tem reverberado aqui informações de outras mídias, sobretudo da internet. Parte das emissoras captadas na região têm sedes na capital paulista. Portanto, as notícias locais e regionais são veiculadas nessas emissoras a partir de correspondentes, mas muitas vezes com as pautas originadas no noticiário de jornal ou tevê regional, exceto se os temas forem esportes e estradas.

Embora o foco de algumas respostas tenha sido a problemática local sobre o meio ambiente, esse tipo de divulgação ficou dissociada da divulgação de notícias sobre o meio ambiente na mídia global, como por exemplo, no caso do mercúrio contaminante de muitos pontos da Baixada Santista. Foram quatro anos de negociação para se chegar a um resultado animador entre os 140 países que participaram e que vêm discutindo um acordo global para se banir o mercúrio do uso do garimpo e da geração de energia. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2013), um dos braços da ONU para o meio ambiente, deu um aviso de que 6,5 mil toneladas desse produto foram emitidas no ano de 2010. Para a ONU, alguns animais no Ártico têm doze vezes mais mercúrio no sangue do que no período pré-industrial, entre os séculos 18 e 19, e a concentração nos oceanos dobrou nos últimos cem anos (ONU, 2013). Os meios de comunicação na Baixada Santista não noticiaram nada disso, em especial o jornal impresso e a TV.

Na Conferência de Genebra, evento que aconteceu entre os dias 13 e 19 de janeiro de 2013, o PNUMA divulgou vários números sobre a presença do mercúrio em lagos e rios, além dos oceanos: "A quantidade de mercúrio presente nos primeiros cem metros de profundidade dos oceanos, e das emissões ligadas à atividade humana, quase que dobrou. As concentrações em águas profundas aumentaram 25%", diz o estudo; lembrando o risco de contaminação dos peixes para o consumo humano (PNUMA, 2013). Isso também não teve repercussão nos principais veículos da região.

Acima, estão exemplos marcantes sobre como assuntos de interesse e impacto mundial, nacional, regional e local, portanto relevantes a todas as pessoas, não têm sido levados em consideração como notícias na região.

O PNUMA divulgou, em fevereiro de 2013, que as populações de países em desenvolvimento são as maiores vítimas da exposição ao mercúrio, elemento químico que abordamos no início desta conclusão. O mais intrigante é que existem indústrias na Baixada Santista que fazem uso desse metal pesado e com grande passivo ambiental. A não veiculação desse fato deve-se a dois pontos: a falta de conhecimento entre os profissionais da imprensa regional sobre as questões ambientais em discussão no mundo, e seus efeitos danosos à vida, de forma geral e a interesses econômicos, de indústrias e veículos de comunicação, apesar de todos estarem sujeitos à contaminação.

É claro que para se solucionar esse problema é importante a participação governamental, mas não só por homens públicos, até porque esse assunto diz respeito a toda a sociedade. Portanto, não se deve responsabilizar somente indústrias e meios de comunicação. O que foi observado no período (2005/2012) abordado pela pesquisa é que, contraditoriamente, há clareza sobre a existência de poucas pautas de investigação técnica e científica da destruição ambiental, enquanto fica cada vez mais visível que a degradação ambiental gera graves efeitos negativos na qualidade de vida e na questão social (ANDI, 2008).

Outro dado que impressionou no material pesquisado é que os entrevistados deixaram claro em suas respostas que, para se manter o planeta saudável, será exigido de cada ser humano uma atitude revolucionária na difusão do conhecimento; e que será através da comunicação e novas tecnologias que a mudança ocorrerá, para que todos possam alcançar níveis de vida em harmonia com a natureza e o equilíbrio ambiental (PNUD-ONU, 2012). Além do entretenimento, que é importante, mas dominador do espaço e do tempo, os veículos precisam efetivamente avançar do jornalismo do espetáculo para o do despertar, ver e entender a realidade sob novos pontos de vista, que hoje já se referem à sobrevivência da espécie humana. E os cidadãos, organizações não governamentais e governos, além de outras entidades, têm a missão essencial de exigir que esses meios de comunicação reflitam essa realidade e procurem respostas para a perenidade sustentável.

Numa sociedade marcada pelos avanços da ciência, pela descoberta de novas tecnologias e ao mesmo tempo pela ganância do homem na utilização dos recursos naturais, o planeta vem sendo deixado em segundo plano em

benefício de grandes projetos econômicos que, no entanto, o tornaram insustentável em médio prazo a continuidade da vida (PNUD-ONU, 2013).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PNUD, é um órgão da ONU que, desde a década de 1990, tem sinalizado que, se todas as pessoas do mundo tivessem o mesmo nível de consumo que têm os moradores dos Estados Unidos, Japão e da Europa, precisaríamos de mais dois planetas para tirarmos recursos para sobreviver, o que é logicamente impossível de acontecer.

Em 1980, uma comissão da ONU chefiada por Gro Brundtland, ex-primeira ministra da Noruega, caracterizou desenvolvimento sustentável como sendo capaz de atender as demandas das gerações atuais, sem comprometer os direitos das gerações futuras (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

A continuidade de existência da vida está relacionada à proteção ao meio ambiente e isso nos remete a pensar e agir de maneira a visualizar um futuro melhor para as próximas pessoas. Desde os primeiros sinais de crescimento populacional com impacto sobre a natureza, que vêm sendo anunciados há quatro décadas, poucos candidatos a cargo políticos deixam de incluir em suas plataformas de campanha o compromisso da sustentabilidade (RELATÓRIO BRUNDTLAN, 1987).

O Grupo de Economia da Energia (GEE), órgão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, indica que o aumento da concentração na atmosfera de gases é provocada, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás natural) e pela ausência de floretas tropicais. Devido ao desmatamento, a temperatura do planeta aumentou em quase um grau centígrado nos últimos cem anos. Há locais que aqueceram até dois graus. Com a publicação do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Alterações do Clima (IPCC), em 2007, estudos indicam, de forma direta, a responsabilidade do homem na ação de mudanças climáticas em curso no planeta. O estudo aponta que 95% do aquecimento da terra é antropogênico (IPCC/ONU, 2007).

A 18ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas, em Doha, no Catar, realizada entre os dias 26 de novembro e 7 de dezembro de 2012, teve como objetivo reunir lideres de diversas partes do mundo para apresentar mudanças no comportamento das nações industrializadas com referência às mudanças climáticas e ambientais. Com a

participação de 193 países que discutem a situação do clima no mundo, pouco houve de mudanças. O que se teve de positivo foi somente a prorrogação do protocolo de Kyoto, até 2020 (COP18, 2012). A imprensa brasileira sequer escreveu alguma linha sobre o evento.

A ONU-Habitat, no relatório Estado das Cidades da América Latina e do Caribe, divulgado em 21 de agosto de 2012, pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, demonstra que 80% das pessoas na América Latina vivem em cidades e que isso a torna a região mais urbanizada do mundo. No Brasil, 86,53% (IBGE, 2010) das pessoas vivem em cidades atualmente. Este estudo mostra que a especulação imobiliária e o crescimento das favelas têm gerado periferias que aumentam sem planejamento e a consequente poluição e o congestionamento, em razão do uso do transporte individual e da falta de transporte coletivo adequados.

A escolha do tipo de conteúdo na mídia e o seu impacto como objeto de estudo puderam ser justificados pela qualidade do material produzido por jornalistas, em termos de volume e consistência das informações, o que contribui para a formação de níveis de percepção ambiental que pode levar à consciência ecológica. A acepção está de acordo com a postura profissional que o jornalista Lane Valiengo adotou nos anos 70 e 80 ao se dedicar à cobertura dos acidentes ambientais na região. Em depoimento para este trabalho, ele diz que teve de estudar o assunto para melhor se comunicar com o público-leitor:

> [...] chegou a um ponto que eu me dedicava, quase que exclusivamente, ao meio ambiente. Só que isso te obriga a estudar realmente, se informar, a ler compêndios de produtos químicos. Eu era muito dedicado ao que estava acontecendo em termos de Baixada Santista. [...] Como os assuntos ambientais não chegavam às pessoas, a gente tinha que explicar, por exemplo: Qual o efeito de se jogar Pó-da-China na beira da estrada, qual o efeito da poluição nas encostas da serra. Então, a gente tinha que ser bem didático. (ANEXO K, 2013).

Dessa forma, acredita-se que o resultado desta análise é um diagnóstico pontual do que ocorreu, com o grau de informação divulgado à população pela mídia emissora de notícias que até hoje prevalece. O que pode vir a ocorrer no futuro depende de como as mídias interativas vão se reportar aos assuntos relacionados ao meio ambiente e de como as pessoas poderão vir a ser também protagonistas dessas novas mídias, que surgem a cada momento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento sobre a percepção do noticiário sobre as questões do meio ambiente na mídia da Baixada Santista foi feito através de um questionário com 12 perguntas. Os dados obtidos permitiram realizar uma avaliação comparativa por classes sociais, conforme as categorias definidas pelo IBGE (2010). Alguns gráficos destacam as diferenças entre pessoas com renda, escolaridade, faixa etária, apresenta os meios de comunicação, frequência na busca por notícias sobre o meio ambiente, números de pessoas, cidades e eventos.

Os diferentes tópicos que entram na composição do universo das questões ambientais têm relação entre si, embora nem sempre essa conexão seja clara na resposta analisada.

Com relação à Rio + 20 há três grupos de mídias principais que se destacam dentro das cinco levantadas. O primeiro é a TV, apontando 18,35% na preferência dos entrevistados em qualquer classe social. O segundo é a internet, com 6,86%, seguido pelo jornal impresso, com 3,62%.

Na pesquisa, estão incluídas as seguintes questões: Onde costuma buscar informações e novos conhecimentos?; Com qual frequência busca ou obtém informações sobre o meio ambiente?; Cite um acidente ambiental marcante que teve conhecimento através da mídia (jornal, revista, rádio, internet e TV), ocorrido nos últimos sete anos (2005/2102) na Baixada Santista; Acompanhou a Rio + 20?; e Qual o veículo de comunicação e o principal problema ambiental da Baixada Santista?

Em relação à frequência com que o tema ambiental é abordado nos meios de comunicação, a pesquisa deixa claro que no conjunto total há a evidência de que alguns setores da sociedade buscam informações com maior regularidade em três veículos: internet, TV e jornal impresso, independentemente de suas condições socioeconômicas, intelectuais e culturais. Porém, nesses mesmos grupos, ficou revelado também que há falta de interesse pelo assunto.

É de se ressaltar que os resultados deixam transparecer que as mídias pouco se ocupam de usar a questão ambiental como fonte de discussão e informação (ANDI, 2008). Os especialistas lidos e consultados para a efetivação deste trabalho insistem em alertar que o público só se voltará com ênfase para

este debate a partir do momento em que a mídia mudar a sua postura, no sentido de abrir espaço na pauta e na especialização de seus profissionais. Mas não basta isso — o espaço na pauta deve atingir e revigorar editorias que hoje, de certo modo, se mostram refratárias a encampar o assunto, como economia e política.

Outro aspecto é que o noticiário sobre o meio ambiente não basta ser colocado em pauta — precisa também ser remodelado, de modo que o público se sensibilize com o que está sendo narrado. Essa receita é dirigida, principalmente ao jornal impresso, que ocupa o terceiro lugar na preferência do público que foi foco desta pesquisa. Mas Ignacio Ramonet insiste em afirmar que o público do século 21 exige qualidade e comprometimento em qualquer mídia a que recorra:

> Mesmo nos monitores, os internautas exigirão, cada vez mais, verdadeiros relatos de qualidade, longos, cadenciados, documentados, com expectativa. Os jornalistas devem ter presente no espírito a percepção de que, neste momento das novas mídias, a informação é superabundante. A oferta de conteúdos satura a demanda. Nessa matéria, o problema principal das pessoas não é encontrar informação, mas obter a boa, a melhor informação. (RAMONET, 2012, p. 137).

O meio ambiente exige hoje da mídia informação com qualidade e sensibilidade. E aprofundamento. Assim, o debate será instaurado com o sentido da própria sobrevivência que envolve o ser humano e o meio em que vive.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, J. J. A. **Colônia entre dois Impérios**. A Abertura dos Portos Brasileiros. São Paulo: Edusc, 2008, 192 p.

CANELA, G (org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo.** São Paulo: Cortez, 2008, 272 p.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet.** Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003, 243 p.

CORREIA, M.S. **Falando o que precisa ser dito**. In: Green Ink. Uma introdução ao jornalismo ambiental. Curitiba, Editora UFPR, 2008, 292 p.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Editora Summus, 1986, 157 p.

ENA, F. **Teoria do jornalismo.** São Paulo, SP: Contexto, 2005, 235 p.

FERRARI, M.H.; SODRÉ, M. **Técnica de reportagem** (Notas sobre a narrativa jornalística)**.** São Paulo: Summus Editorial, 1986, 141 p.

FROME, M. **Green Ink.** Uma introdução ao jornalismo ambiental. Curitiba: Editora UFPR, 2008, 292 p.

FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 352 p.

GIL, A. C. **Métodos de pesquisa social**. São Paulo: Atlas S.A., 1999, 200 p.

HAWKINS, P.; LOVINS, A.; LOVINS, H. L. **Capitalismo natural.** São Paulo: Cultrix, 2012, 358 p.

KUNCZIK, M. **Conceito de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2002, 243 p.

LLORY, M. **Acidentes industriais**: O custo do silêncio. Rio de Janeiro: Multi Ação Editorial, 1999, 316 p.

LUFT, S. **Jornalismo, meio ambiente e amazônia**. São Paulo: Annablume, 2005, 120 p.

NOVAES, W. **A década do impasse**. Da Rio 92 à Rio + 10. São Paulo: Estação Liberdade, 2002, 381 p.

PINTO, C. de S. **Cubatão — História de uma cidade industrial.** Cubatão, SP: Cosipa, 2005, 196 p.

RAMONET, I. **A explosão do jornalismo**. Das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012, 142 p.

ROSZAK, T. **A contracultura.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972, 304p.

TORRES, Cláudio. **A bíblia do marketing digital**. São Paulo: Novatec, 2010, 400 p.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente na idade mídia**. In: Meio ambiente no século 21. São Paulo: Editores Associados Ltda., 2008, 367 p.

Internet

Agenda 21. **A cidade que queremos.** Disponível em: http://www.agenda21cubatao.com.br/BEBF3236-73E7-42C1-AFF9-BB44868B3263/FinalDownload/DownloadId-221ACA2F185784FCD307FE059D3302D2/BEBF3236-73E7-42C1-AFF9-BB44868B3263/livro.pdf. Consulta em: 8 de março de 2013.

Ciesp/Cubatão. **Poluição que a região vem sofrendo nos últimos 40 anos.** Disponível em: www.ciespcubatao.org.br. Consulta em 20 de maio de 2012.

Comunique-se. **"Há pobreza de pauta no universo ambiental", avalia André Trigueiro**. Disponível em: http://portal.comunique-se.com.br/index.php/em-revista/72731-ha-pobreza-de-pauta-no-universo-ambiental-avalia-andre-trigueiro. Consulta em 11 de setembro de 2013.

Portal EcoD. **COP-18 prorroga Protocolo de Kyoto até 2020, mas resultado é aquém do esperado.** Disponível em: http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2012/dezembro/cop-18-firma-extensao-do-protocolo-de-kyoto-mas?tag=economia-e-politica#ixzz2Eet8qFuj. Consulta em 17 de fevereiro de 2013.

Fundação Estadual Sistema de Análises de Dados. **População e Estatísticas Vitais.** Disponível em: http://www.seade.gov.br/. Consulta em 24 de abril de 2013.

HOGAN, D.J.; CUNHA, J.M.P.; CARMO, R. L.; OLIVEIRA, A.A.B. **Urbanização e vulnerabilidade socioambiental: O caso de Campinas.** Disponível em: http:/www.nepo.unicamp.br/textos/publicaçoes/livros/migraçao_urbanas/02pronex_13_urbanizaçao_vulnerabilidade.pdf. Consulta em 2 de julho de 2013.

Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). **Ver TV é a atividade preferida pelos brasileiros no tempo livre.** Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/solucoes/consumodosmeios/tv/. Consulta em 9 de abril de 2013.

Internet World Stats. **Internet Usage Statistics.** Disponível em: http://www.internetworldstats.com/. Consulta em 20 de outubro de 2012.

IPCC/ONU. **Mudança climática 2007: A base da ciência Física.** Disponível em: http://www.ecolatina.com.br/pdf/IPCC-COMPLETO.pdf. Consulta em 18 de fevereiro de 2013.

Jornal Cidade de Santos. Incêndio de Vila Socó, em Cubatão/SP: **Uma data para não esquecer.** Disponível: http://campograndesantos.wordpress.com/96-

incendio-de-vila-soco-vila-sao-joseem-cubataosp-uma-data-para-nao-esquecer/. Consulta em 8 de fevereiro de 2013.

MARTINEZ, T.E. **Crônica e reportagem: como fazer um jornalismo para o século 21.** Discurso proferido no seminário da Sociedade Interamericana de Imprensa, Guadalajara, México, nov. 1997. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/em_busca_de_um_jornalismo_para_o_seculo_2. Consulta em 7 de Julho de 2013.

ONU. **A ONU e o meio ambiente.** Disponível em: http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/. Consulta em 22 de fevereiro de 2013.

PEREIRA, A.P. **Como compartilhar internet banda-larga**. Disponível em: http://www.tecmundo.com.br/conexao/1253-como-compartilhar-internet-banda-larga.htm. Consulta em 30 de janeiro de 2013.

PNUMA. **PNUMA alerta para os riscos do mercúrio nos países em desenvolvimento**. Disponível em: http://www.onu.org.br/pnuma-alerta-para-os-riscos-do-mercurio-nos-paises-em-desenvolvimento/. Consulta em 15 de fevereiro de 2013.

Relatório Brundtland, **1987 Nosso futuro comum**. Disponível em: HTTP://www.mudançasclimaticas.andi.org.br. Consulta em 3 de fevereiro de 2013.

Zona de Risco: **Lembranças da Vila Socó**. Disponível em: http://zonaderisco.blogspot.com.br/2010/01/lembrancas-da-vila-soco-ontem-e-hoje.html. Consulta em 23 de março de 2013.

Jornal

A Tribuna. **Lixo tóxico da Rhodia vai para a Bahia**. Santos, nov. 2012, p. A-9, Cidades.

NOVAES, W. **Como inventar um novo planeta**. O Estado de S.Paulo. São Paulo, jan. 2012, Opinião, p.2.

Monografias, dissertações e teses

BRITTOS, C.V. **Digitalização e práticas sociais:** modulações e alternativas do audiovisual, 2009. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

BERNARDO, M. H. **Riscos na usina química**: os acidentes e a contaminação nas representações dos trabalhadores**,** 2001. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo (USP).

COUTO, J. M. **Entre estatais e transnacionais:** o polo industrial de Cubatão**.** Dissertação de Doutorado, 2003. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Unicamp: Programa de Pós-Graduação em Economia.

JACOB, A. D. **Redes e mídias sociais como ferramenta de suporte ao marketing digital: Um estudo sobre essas práticas na percepção empresarial jornalística,** 2012. Dissertação de mestrado profissional. Faculdades Alfa Goiânia, Goiás.

MATOS, M. C. P. **Alianças intersetoriais: Um estudo no município de Cubatão/SP**. 2007. Tese de doutorado. Faculdade de Economia e Administração. Universidade de São Paulo.

PINTO, T. P. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana.** 1999. 212 f. Tese de doutorado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

Revistas

ALVES, C. R. Jornalismo do futuro. **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo. Out./nov./dez. 2012. Edição Brasileira da Columbia Review. nº.1, p. 62.

ANDERSON, C.W; BELL, E.; SHIRK, C. Adaptação aos novos tempos. Transformação do jornalismo norte-americano é inevitável. **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo. Abril/maio/junho 2013. Edição Brasileira da Columbia Review — Especial de Aniversário. nº 2. p. 32.

BOLLINGER, C. L. Transmissão em Rede. **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo, out./nov./dez. 2012. Edição Brasileira da Columbia Review. Especial de Aniversário. nº 2. p. 37. Out./nov./dez. 2013.

DINES, A. O bumerangue da urgência. **Revista de Jornalismo ESPM**. São Paulo. Mar./abri./mai. 2012. Edição Brasileira da Columbia Review. nº 1, p.11.

ESTEVES, B. Clima malparado. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro. Set. 2013. nº 84. p. 50/55.

FORNARO, A. Água de chuva: Conceito e breve histórico. Há chuva ácida no Brasil? **Revista USP.** São Paulo. Jun/ago. 2006. nº 70. p. 78 a 87.

VASCONCELOS, P. P. O que os jornalistas sabem sobre o fim do mundo? **Revista Imprensa,** nº 161, Jun. 2001, p. 22 a 26.

TV

DINES, A. Mídia eletrônica. **Observatório da Imprensa TV Brasil**. O Brasil e a Rio + 20, programa exibido em 19 de junho de 2012.

6. APÊNDICES

APÊNDICE A — Dados da pesquisa

Título do projeto:

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE MÍDIA DOS CIDADÃOS DE SANTOS/SP E CUBATÃO/SP: ECOLOGIA, ACIDENTES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS OCORRIDOS NO PERÍODO DE 2005 A 2012

Departamento/Faculdade/Curso: MESTRADO EM ECOLOGIA/UNISANTA
Projeto: (X) Unicêntrico ( ) Multicêntrico
Instituição Coparticipante: _____
Patrocinador:
Autor (Promotor): Luiz Carlos Teixeira do Nascimento
Coautor(es): _____
Colaborador(es): Profª. Drª. Milena Ramirez de Souza
Professor Orientador: Prof. Dr. Fabio Giordano
Pesquisador responsável: (x) Estudante de pós-graduação ( ) Professor-orientador

APÊNDICE B — Objetivo da pesquisa

O objetivo desta pesquisa é analisar como as populações de Santos e Cubatão/SP se informam sobre as questões ambientais e como processam essas informações. A intenção aqui é gerar reflexão.

Justificativa:

Realizar o levantamento sobre a visão da cobertura feita pela mídia sobre as questões de impactos ambientais nas cidades de Santos e de Cubatão/SP; e também possíveis efeitos no meio ambiente de ações humanas (mutações genéticas e fenômenos atmosféricos, por exemplo), além de eventos sobre o tema, como o caso da Rio + 20, no período dos últimos sete anos.

Será realizada uma pesquisa com estudantes universitários, empresários, trabalhadores técnicos e sem qualificação, profissionais de nível superior, profissionais liberais, donas de casas e aposentados, das classes A, B, C e D (*). Estes são públicos vitais porque representam a maioria da população, em estágios de compreensão e interesses diferenciados, possibilitando uma visão abrangente de determinado momento com percepções diferenciadas.

Caracterizar o perfil do entrevistado em relação a aspectos socioeconômicos e culturais; descrever o tipo de mídia pela qual os respondentes recebem informações, entre as indicadas nas perguntas.

APÊNDICE C — Descrição detalhada e explicação dos procedimentos realizados

A pesquisa será realizada com 611 respondentes de forma direta, com questionários, e buscará sustentação e credibilidade, para garantir que o resultado reflita a realidade. No caso da ecologia e de outras ciências, a busca é a de que mostrem a natureza da forma mais próxima possível.

Será utilizado um questionário com 12 perguntas fechadas e abertas e será aplicado pelo autor da pesquisa. A análise quantitativa levará às conclusões sobre os dados coletados. Serão usados procedimentos estatísticos que definirão qual o universo da pesquisa. Em seguida, serão tabulados os questionários para verificar os resultados. As conclusões obtidas a partir desta amostra serão projetadas para a totalidade do universo.

Os respondentes serão ouvidos com o auxílio de questionários semiestruturados (Apêndice D) para a coleta de informações. Como exemplo: nome; sexo; idade; profissão; grau de instrução, qual interesse pelo tema e em quais mídias se informam.

Entre as mídias disponíveis para acesso das pessoas estará se utilizando jornal impresso, TV, internet, revista e rádio de forma geral, pois esses veículos de mídia são os mais utilizados para se obter informações.

APÊNDICE D — Ficha de entrevista

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE MÍDIA DOS CIDADÃOS DE SANTOS E CUBATÃO/SP: ECOLOGIA, QUESTÕES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS NO PERÍODO DE 2005 A 2012.

1) Nome : _____

2) Idade: _____

3) Sexo: ( ) M ( ) F

4) Profissão: _____

5) Nível de escolaridade:

( ) Analfabeto

( ) Ens. Fundamental (1º Grau) completo/incompleto

( ) Ensino Médio (2º Grau) completo/incompleto

( ) Nível superior completo/incompleto

( ) Pós-Graduação

6) Cidade onde nasceu: _____

6.1) Cidade onde mora

( ) Santos ( ) Cubatão

7) Renda:

( ) 1 até 2 Salários mínimos

( ) 2 até 3 Salários mínimos

( ) 3 até 5 Salários mínimos

( ) 5 até 10 Salários mínimos

( ) 10 até 20 Salários mínimos

( ) Acima de 20 Salários mínimos

( ) Sem renda

8) Onde costuma buscar informações e novos conhecimentos:

8.1) Jornal impresso:

( ) A Tribuna

( ) Boqnews

( ) Diário do Litoral

( ) Diário Oficial de Santos

( ) Expresso Popular

( ) Jornal da Orla

( ) Não leio

8.2) Revista:

( ) Carta Capital
( ) Veja
( ) Terra da Gente
( ) Outros : _____

8.3) Rádio:

( ) Bandeirantes FM (90,9)
( ) Jovem Pan FM (95,1)
( ) Mix FM (98,1)
( ) CBN (99,7)
( ) Saudade FM (101,7)
( ) 102 FM (102,1)
( ) Guarujá FM (104,5)
( ) Tribuna FM (105,5)
( ) Cultura FM (106,7)
( ) Santa Cecília FM (107,7)

8.4) TV:

( ) TV Tribuna (Globo)
( ) TV Record Litoral
( ) VTV (SBT)
( ) TV Brasil (Band)
( ) Santa Cecília TV
( ) TV UniSantos
( ) TV Com
( ) Não assiste

8.5) Internet

( ) A Tribuna.com.br
( ) Ambiente Brasil
( ) Google
( ) Yahoo
( ) G1/TV Tribuna
( ) Bol.com
( ) IG.com
( ) Terra.com
( ) UOL
( ) R7.com
( ) MSN

( ) Não acesso sites de notícia

9) Com qual frequência busca ou obtém informações sobre o meio ambiente:

( ) Diariamente
( ) Pelo menos três vezes por semana
( ) uma vez por semana
( ) uma vez por mês
( ) uma vez por semana
( ) uma vez por mês
( ) uma vez por ano
( ) Nunca

10) Cite um acidente ambiental marcante,que teve conhecimento através da mídia (jornal, revista, rádio, internet e TV) ocorridos nos últimos sete anos (2005/2012) na Baixada Santista:

( ) Desmoronamento da pedreira em Santos
( ) Vazamento de produto químico na Rodovia Piaçaguera.
( ) Vazamento de óleo no estuário.
( ) Outros: _____
( ) Não Sei

11) Acompanhou a Rio + 20? Por qual veículo de comunicação?

( ) Impresso
( ) Revista
( ) Rádio
( ) TV
( ) Internet
( ) Com outras pessoas
( ) Não acompanhou

12) Qual o principal problema ambiental da Baixada Santista?

Adensamento populacional

( ) Falta de saneamento básico
( ) Poluição das praias
( ) Poluição do ar
( ) Outros : _____

OBS:

CAAE — 06172512.3000.5513

7. ANEXOS

ANEXO A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Decidir se você deve concordar ou não em participar desta pesquisa, leia atentamente todos os itens a seguir que irão informá-lo e esclarecê-lo de todos os procedimentos, riscos e benefícios pelos quais você passará.

De acordo com o exigido pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, essa proposta de pesquisa foi encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Santa Cecília e foi aprovada em _____/_____/_____.

Você está sendo convidado para participar como voluntário de uma pesquisa proposta pela Universidade Santa Cecília que está descrita em detalhes abaixo.

Para

Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (**CAAE:06172512.3000.5513)**

ANEXO B — Identificação do(a) voluntário(a) da pesquisa

Registro:

Nome:_____ Gênero: ____

Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____ Naturalidade: _____

Endereço: _____ Nº: _____ Compl: _____

CEP: _____-____ Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: ( ) _____

Responsável Legal (se aplicável):_____ Gênero: ____

Identidade: _____ Órgão Expedidor: _____

Data de Nascimento: _____/_____/_____ Naturalidade: _____

Endereço: _____ Nº: _____ Compl: _____

CEP: _____-____ Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: ( ) _____

ANEXO C — Descrição dos desconfortos e riscos da pesquisa

(X) Sem Risco ( ) Risco Mínimo ( ) Risco Baixo ( ) Risco Médio ( ) Risco Alto

_____
_____
_____

Despesas, compensações e indenizações:

Você não terá despesa pessoal nessa pesquisa, incluindo transporte, exames e consultas. Todas as despesas serão absorvidas pelo orçamento da pesquisa.
Você não terá compensação financeira relacionada à sua participação nessa pesquisa.
Você tem garantido a disponibilidade de tratamento médico e indenização em caso de danos que os justifiquem e que sejam diretamente causados pelos procedimentos da pesquisa (nexo causal comprovado).

ANEXO D — Direito de confidencialidade

Você tem assegurado que todas as suas informações pessoais obtidas durante a pesquisa serão consideradas estritamente confidenciais e os registros estarão disponíveis apenas para os pesquisadores envolvidos no estudo.

Os resultados obtidos nessa pesquisa poderão ser publicados com fins científicos, mas sua identidade será mantida em sigilo.

Imagens ou fotografias que possam ser realizadas se forem publicadas, não permitirão sua identificação.

ANEXO E — Acesso aos resultados da pesquisa

Você tem direito de acesso atualizado aos resultados da pesquisa, ainda que os mesmos possam afetar sua vontade em continuar participando da mesma.

ANEXO F — Liberdade de retirada do consentimento

Você tem direito à liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, deixando de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu cuidado e tratamento na instituição.

Acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa:

Você tem garantido o acesso, em qualquer etapa da pesquisa, aos profissionais responsáveis pela mesma, para esclarecimento de eventuais dúvidas acerca de procedimentos, riscos, benefícios, etc., através dos contatos abaixo:

Autor:	Professor / Orientador:
Telefone: (13) 9774-1160	Telefone: (13)3202-7100 Ramal-343
Email: luizctnascimento@gmail.com	Email: giordano@unisanta.br

ANEXO G — Acesso à instituição responsável pela pesquisa

Você tem garantido o acesso, em qualquer etapa da pesquisa, à instituição responsável pela mesma, para esclarecimento de eventuais dúvidas acerca dos procedimentos éticos, através dos contatos abaixo:

Universidade Santa Cecília:	Comitê de Ética — Centro Institucional de Pesquisa:
Rua Oswaldo Cruz, 277	Rua Lobo Viana, 67, 3º andar, sala 2
Boqueirão, Santos/SP	Boqueirão, Santos/SP
CEP: 11045-907	Telefone: (13) 3202-7100 ramais 7220/263
Telefone: (13) 3202-7100	Email: cepesquisa@unisanta.br
FAX: (13) 3234-5297	Atendimento: segunda à sexta-feira das 13h às 16h30

Fui informado verbalmente e por escrito sobre os dados dessa pesquisa e minhas dúvidas com relação à minha participação foram satisfatoriamente respondidas.

Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, os desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso ao tratamento, aos pesquisadores e à instituição de ensino.

Tive tempo suficiente para decidir sobre a minha participação e concordo voluntariamente em participar desta pesquisa; e poderei retirar o meu consentimento a qualquer hora, antes ou durante a mesma, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

A minha assinatura neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dará autorização aos pesquisadores, ao patrocinador do estudo e ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNISANTA de utilizarem os dados obtidos quando se fizer necessário, incluindo a divulgação dos mesmos, sempre preservando minha identidade.

Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Santos, _____ de _____ de _____

Assinatura Dactiloscópica

Voluntário _____ Representante Legal _____ Pesquisador Responsável	Voluntário	Representante Legal

ANEXO H — Coleta de depoimento: ambientalista William Rodriguez Schepis, presidente da ONG EcoFaxina. Universidade Santa Cecília, Santos, em 26 de agosto de 2013.

Luiz Nascimento — Há quanto tempo está pessoalmente envolvido com a questão do meio ambiente e por quais motivos criou a EcoFaxina?

William Rodriguez Schepis — Estou envolvido com o meio ambiente e com o Instituto Eco Faxina desde que me mudei para Santos. Sou paulistano, morei em São Paulo até 2007. Vim para cá no final de 2006, para fazer a faculdade de biologia marinha. Logo no primeiro semestre do curso tive a oportunidade de conhecer melhor a ilha, principalmente os problemas da poluição por resíduos sólidos. Esse foi o início. Eu e dois colegas de curso começamos com ações voluntárias de limpeza. Para chamar atenção, organizamos um campeonato de surfe na praia, o Biosurfe, evento que reuniu as entidades ambientais da região. Nesse evento, conheci o Professor Fabião, que na época era vereador. Com ele, fui conhecer o estuário, onde os manguezais estão ocupados por favelas de palafita: é o Dique da Vila Gilda. Muita gente ali mora em cima da maré, sem saneamento e sem endereço. Organizei na Vila Gilda três ações voluntárias.

Luiz Nascimento — O que é ação voluntária?

William Rodriguez Schepis — É o trabalho voluntário para a limpeza do ecossistema, de limpeza urbana em áreas ecológicas que recebem grande quantidade de resíduos e estão degradadas. Principalmente, atuamos nas áreas de mangue, onde não existe o serviço de coleta de resíduos; atuamos também em praias com acessos por trilha ou por mar. No Dique da Vila Gilda, na Zona Noroeste de Santos, fizemos as três primeiras ações voluntárias, quando o instituto nem existia ainda. Constatamos que no dique o trabalho teria de ser diário, isso porque quando a maré subia trazia mais lixo e sujava o que tínhamos acabado de limpar. Mas o problema na Vila Gilda não era só o lixo. Envolvia também a habitação e a infraestrutura. Foi assim que alguns colegas e eu, todos do curso de biologia da Unisanta, decidimos fundar o Instituto EcoFaxina e demos um caráter legal para a nossa causa.

Luiz Nascimento — Como consumidor de mídia como é que você interpreta a cobertura sobre o meio ambiente na região? Existe algum tipo de pressão na abordagem do tema?

William Rodriguez Schepis — Existe pressão, sim, principalmente na área da construção civil. Recentemente, li uma reportagem no jornal *A Tribuna* e ficou evidente essa influência: áreas preservadas *versus* desenvolvimento. A matéria insinuava que o estado de São Paulo, por ser o estado com a maior área natural preservada, impede o desenvolvimento. Então, tudo aquilo pelo qual lutamos, que é preservar, que é conservar o ambiente que ainda se encontra intacto, nessa reportagem dá para perceber a política contra o meio ambiente, mas colocada de maneira sutil. Nunca fui entrevistado pela imprensa local, mas dei entrevistas para tevês e jornais de fora.

Luiz Nascimento — De fora? De onde?

William Rodriguez Schepis — Fui entrevistado pela *TV Record*, de São Paulo, para uma matéria especial sobre a Baixada Santista, sobre ocupação irregular e meio ambiente. Quando a equipe veio para cá, conversando em particular com a âncora Ana Paula Padrão, ela me disse que quem deveria ter feito a matéria era a tevê local. Foi então que percebi que a imprensa aqui é um pouco omissa. Principalmente quando se toca no assunto meio ambiente, ela não vai no X da questão. E, claro, as tevês são empresas privadas; então, existe um interesse político e empresarial nessa área.

Luiz Nascimento — Qual é o veículo que acha mais difícil lidar, jornal ou tevê?

William Rodriguez Schepis — Ter a atenção da tevê é mais difícil. Em Santos, as pessoas gostam de dizer coisas boas da cidade e acabam empurrando os problemas para debaixo do tapete. Aqui, existe uma supervalorização da orla da praia, inclusive pelos órgãos públicos. Outro dia vi uma reportagem no *Diário Oficial* dizendo que o ecossistema mais importante da região, a praia, é mantido com cuidado pela Prodesan. Ou isso é falta de conhecimento ou é falta de profissionalismo. Até porque sabemos que atrás da praia existe um ecossistema que é superimportante, até bem mais do que a própria praia, que é o manguezal, um ambiente que se regenera muito rápido, tem uma importância biológica muito grande e precisa de cuidado constante.

Luiz Nascimento — Como ambientalista você acha que os repórteres que cobrem o meio ambiente deveriam ser especializados?
William Rodriguez Schepis — Se não especializados deveriam ao menos consultar melhor as fontes. A mídia pode ser uma grande parceira na divulgação e na conscientização do público.

Luiz Nascimento — Como ambientalista já sentiu alguma pressão?
William Rodriguez Schepis — Não.

Luiz Nascimento — O que a ONG está fazendo para inverter esse quadro, para que a mídia e a ONG trabalhem juntas?
William Rodriguez Schepis — Em razão da imprensa paulistana ter dado visibilidade para o nosso trabalho, acho que isso, de certo modo, pressionou a mídia regional a nos enxergar também. Já tivemos uma boa divulgação no *Jornal da Orla* e no *Boqueirão News*. Mas *A Tribuna*, que é um jornal importante, só deu algumas matérias, mas sem me entrevistar.

Luiz Nascimento — A EcoFaxina tem alguma estratégia para chamar atenção da mídia regional? Qual é a visão da entidade em relação a isso?
William Rodriguez Schepis — Procuramos deixar em evidência o nosso trabalho. Temos blog, página no Facebook e um *mailing* com dados da imprensa.

Luiz Nascimento — A ONG possui sede fixa
William Rodriguez Schepis — A ONG funciona na minha casa.

Luiz Nascimento — Quanto a entidade precisaria hoje para se manter?
William Rodriguez Schepis — Precisamos de quatro mil reais por mês. Somos sete diretores. Os nossos gastos fixos são com telefone, luz, internet, transporte, gasolina e manutenção. Agora, estamos querendo vender canecas e camisetas. Mas hoje o nosso grande projeto é formar uma frente de trabalho com os jovens do Dique da Vila Gilda, a fim de fazer a coleta de resíduos em áreas naturais. Apresentamos essa ideia para a Prefeitura de Santos em 2009. A princípio, esses jovens atuariam nos manguezais, que acumulam resíduos sólidos,

principalmente plástico. Eles já coletam materiais para vender, mas recebem muito pouco. O problema é que eles não têm organização, cada um trabalha por si. Precisaria haver um espaço para reunir esse pessoal e também para armazenar o resíduo coletado e depois prensá-lo.

Luiz Nascimento — Em quais municípios a EcoFaxina atua?
William Rodriguez Schepis — Atuamos em todas as cidades da Baixada Santista.

Luiz Nascimento — O interesse maior da entidade é com a Prefeitura de Santos?
William Rodriguez Schepis — É. As pessoas às vezes me dizem: “Por que um instituto com mais de trinta mil pessoas no Facebook não consegue uma empresa para ajudar?”. Já poderíamos ter optado por esse caminho, de ter a bandeira de uma empresa. No entanto, o que sempre tivemos em mente é fazer uma parceria com a prefeitura, englobando também uma das empresas que consideramos prioritárias para o nosso trabalho: a Sabesp, a Codesp ou a CPFL; a CPFL e a Sabesp por estarem diretamente envolvidas com a questão das comunidades, e a Codesp por ter no seu plano de desenvolvimento diretrizes que englobam a limpeza de manguezais.

Luiz Nascimento — E Cubatão?
William Rodriguez Schepis — O nosso contato lá é com a Secretaria de Meio ambiente, especificamente com o setor de educação ambiental. De todos os municípios que compõem na região o sistema estuarino, Cubatão foi o que se mostrou mais interessado em falar conosco e nos ter por perto.

Luiz Nascimento — Qual a prefeitura que mais se preocupa com a questão ambiental na Baixada Santista?
William Rodriguez Schepis — A Prefeitura de Santos exerce uma liderança, é quem toma as rédeas. Santos precisa envolver os outros municípios, não sei com quais ferramentas, se através da Agem, da Sabesp ou do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Não sou uma pessoa política, não tenho ligação com partidos, mas percebo que da gestão do prefeito Papa para a atual já houve uma

aproximação da equipe de governo com a população na questão do meio ambiente.

Luiz Nascimento — Pessoalmente, você tem ligação com o prefeito Paulo Alexandre Barbosa?

William Rodriguez Schepis — Eu tive durante a campanha dele, nas eleições do ano passado, mas deixei claro que eu votaria no Fabião por questões de amizade, afinidade, por ele ser ambientalista, por ter nos ajudado em vários aspectos. Eu conheci o Paulo Alexandre porque o chefe de gabinete dele, o Rogério, formou um grupo de discussão durante a campanha eleitoral e me chamou como representante do Instituto Eco Faxina, e mais quatro pessoas ligadas à área ambiental.

ANEXO I — Coleta de depoimento: jornalista Arminda Augusto, diretora-executiva do jornal *A Tribuna. Na sede do jornal, em Santos, em 27 de agosto de 2013.*

Luiz Nascimento — Por que o jornal *A Tribuna* não tem uma editoria sobre meio ambiente?

Arminda Augusto — Temos duas páginas de ciência, tecnologia e meio ambiente que saem às segundas-feiras. Mas reconheço que tratar de três temas, uma vez por semana, em duas páginas, é pouco. Ultimamente, temos dado mais destaque para tecnologia porque tem sido muito mais premente falar sobre isso; assim, temos deixado o meio ambiente um pouco de lado. Mas se tivéssemos uma página diária para falar sobre meio ambiente, teríamos assunto. As pessoas acham que meio ambiente é a preservação da serra, da natureza, da floresta, mas é mais que isso. Quando fazemos uma matéria sobre o som que a Saipem está produzindo, do outro lado do canal e chegando aqui, por causa das instalações da empresa, isso é meio ambiente. Quando falamos dos caminhões que passam pela Perimetral e despejam produtos na maré viária, isso é meio ambiente. Quando falamos do despejo de lixo em locais proibidos, isso também é meio ambiente. Então, acho que teríamos assuntos para uma página diária. Mas com a redução física do jornal, temos muito menos páginas

hoje do que tínhamos há quinze, vinte anos. Então, não podemos nos dar ao luxo de garantir um espaço, com data marcada, para o meio ambiente. É uma falha? É, mas é aquilo que temos. A gente fala de meio ambiente quando o assunto surge, quando ele ocorre. Às vezes, fazemos matérias de pessoas que vão passear com o cachorro e não levam o material para recolher o cocô, isso é um micro meio ambiente. Enfim, demanda tem, assunto tem, mas só nos falta realmente um espaço, sobre o qual possamos dizer: “Olha, sr. leitor, a partir de agora teremos todos os dias esse espaço.”

Luiz Nascimento — Em relação ao tema meio ambiente existe cobrança por parte do leitor para que o assunto seja abordado com mais frequência?
Arminda Augusto — O leitor está mais antenado do que antigamente, muito mais atento. O meio ambiente entra na pauta como todos os demais assuntos, de acordo com as sugestões que surgem. Se uma empresa se instala na área do porto e o ministério público cai em cima porque vai atingir o mangue, isso é factual e vai entrar na pauta. E tem também outra coisa que a gente faz, é esporádico, mas quando fazemos tem uma repercussão muito grande e nos deixa certos de que o leitor hoje está muito mais atento às questões ambientais. Estou me referindo à série que fizemos no segundo semestre do ano passado, que durou um mês, falando dos bairros, quais eram os mais sujos da cidade. Abordava a questão do lixo, da limpeza urbana, e teve muita repercussão. Portanto, sinto que hoje o leitor está muito mais sensível a isso, sugerindo muito mais coisas do que sugeria há tempos atrás. Por exemplo, quando a gente escreve bobagem, faz alguma ilação, algum juízo de valor que não deveríamos fazer, os leitores caem de pau, ligam, mandam cartas.

Luiz Nascimento — Como vê o papel da imprensa regional no sentido de transmitir ao leitor a importância que o tema meio ambiente merece?
Arminda Augusto — Embora pareça um assunto menor, do que, por exemplo, a saúde pública ou a educação, qualquer campanha, qualquer intervenção que se faça em beneficio do meio ambiente tem uma reciprocidade, uma aceitação muito grande por parte do leitor. Então, acho que o papel da imprensa é muito importante. Tenho um exemplo bem pequeno: *A Tribuna* tem um programa, que já deve ter uns dez anos, que é o “lixo no lixo”. É um programa que se renova

anualmente, com muito patrocinador querendo entrar porque sabe que isso tem efeito. Começou com poucas escolas e hoje o pessoal do marketing diz: “Não temos mais como atender porque são muitas escolas querendo participar”. Há demanda porque o programa faz campanha de esclarecimento de reciclagem de lixo etc. Em resumo, qualquer coisa que o jornal faça em relação ao tema meio ambiente tem uma importância grande para o leitor, que está muito mais antenado nisso.

Luiz Nascimento — O jornal tem repórteres especializados no assunto?
Arminda Augusto — Não, não tem. Temos o Lucas Krempel, que edita as duas páginas semanais de ciência, tecnologia e meio ambiente. Com a saída do Marcos Fernandes, criador do caderno, que trabalhou conosco em torno de doze anos, perdemos um pouco a referência. Hoje, eu não sinto no nosso corpo de repórteres alguém que goste do assunto.

Luiz Nascimento — Existe pressão econômica para que o tema não seja abordado? Como o jornal lida com isso?
Arminda Augusto — Não digo que exista uma pressão econômica no sentido de: “Olha, assuntos sobre o meio ambiente não podem entrar na pauta”. Porém, não vou ser hipócrita de negar que, dependendo do assunto e do que envolva, não recorram a algum aparato para que a gente fique sabendo que determinada matéria merece cuidado. Isso é muito subliminar, e não digo que aconteça sempre, porque trabalhamos com muita liberdade aqui; mas, sim, há situações que temos que ler a matéria com cinquenta olhos, apurar e amarrar muito bem, e não deixar nenhuma lacuna aberta para não termos problemas. Acredito que isso deva acontecer em outros jornais também. Existem algumas situações que não deixamos de dar, mas ponderamos. Não vai ser a manchete do jornal, não vamos escancarar oito fotos; ou seja, damos um tratamento editorial mais modesto.

Luiz Nascimento — Qual a sua definição de jornalismo ambiental?
Arminda Augusto — O jornalismo ambiental vai além de se noticiar o fato, pois existe a responsabilidade de criar uma consciência ambiental. Então, não é apenas falar que as pessoas estão jogando óleo de cozinha pela pia. Eu acho

que é você dar instrumentos para o seu leitor, não apenas se familiarizar com o tema, e sim o que tem que fazer para que a coisa funcione, para que seja equilibrada, e é de uma responsabilidade muito grande. É diferente do jornalismo de saúde ou político — é você realmente conscientizar, é abordar o assunto de tal forma que se seja didático e faça o leitor entender que não é uma notícia como outra qualquer; ele deve parar, refletir e ver que caminho vai seguir daqui por diante. Seria mais ou menos isso.

Luiz Nascimento — O jornalista Michael Frome diz que nos próximos cem anos o jornalismo terá ênfase na questão ambiental. O que pensa disso?
Arminda Augusto — Não vejo assim. O jornalismo está passando por uma grande revolução, vai ter cada vez mais importância. Acho que as pessoas hoje em dia estão cada vez mais ligadas nesse assunto, meio ambiente, mas não que isso vá ser o caminho. Assim como a questão ambiental, acho que as pessoas estão mais politizadas. Então eu ampliaria o conceito do Frome: não o jornalismo ambiental, mas o jornalismo cidadão, de se permitir que as pessoas se apoderem dos assuntos e tenham uma participação mais efetiva na sociedade, em todos os campos. E quando falamos em cidadania, estamos falando de meio ambiente, política, educação, saúde. Acho que estamos caminhando para isso, porque as pessoas hoje não toleram determinadas atitudes e posturas de políticos ou da imprensa. Quando fazemos algo errado aqui, isso repercute por muito tempo. As pessoas não estão mais tolerantes a posturas equivocadas. Então acho que estamos caminhando para um jornalismo cidadão, e não só ambiental.

ANEXO J — Coleta de depoimento: jornalista Eduardo Silva, diretor de jornalismo da *TV Tribuna. Sede da TV Tribuna, em São Vicente, em 28 de agosto de 2013.*

Luiz Nascimento — Por que a tevê *A Tribuna* não tem uma editoria sobre meio ambiente?
Eduardo Silva — As emissoras de televisão, pelo menos as afiliadas, têm um quadro mais enxuto do que as matrizes: Rede Globo, Bandeirantes, SBT. No

caso da *TV Tribuna*, só temos setoristas no Santos Futebol Clube, por causa do contrato com a Rede Globo, pela força que o futebol tem. Os demais profissionais da redação têm a obrigação de estar informados sobre todos os assuntos, são generalistas, como a gente diz. O repórter tem que vir para a redação e estar pronto para fazer qualquer cobertura. Seria a mesma coisa de perguntar: Tem uma editoria de polícia? Não. Tem uma editoria de artes? Não. E por que só a editoria de esportes? Justamente porque no contrato com a Rede Globo reza uma boa cobertura do Santos; com o *Globo Esporte.com* é a mesma coisa: temos obrigação, inclusive, de viajar com o Santos. Então, não há editorias na redação, apenas a de esporte.

Luiz Nascimento — Com que frequência a *TV Tribuna* aborda o assunto meio ambiente?

Eduardo Silva — Abordamos o tema meio ambiente em duas situações: no programa Rota do Sol, que já fez algumas reportagens voltadas a isso, em Cubatão, no Litoral Sul e no Vale do Ribeira; e abordamos o assunto também nos telejornais. Mas não há periodicidade certa. Às vezes, o telespectador sugere pautas de meio ambiente e, geralmente, atendemos, até porque, como não são muitos os pedidos de pauta, é mais fácil atender. Eu sou do tempo do rádio, quando o ouvinte ligava com um único objetivo — ouvir o nome dele no ar. E ficava satisfeito. O que eu percebi, nesses longos anos de carreira, é que o comportamento do ouvinte, do telespectador, do leitor e do internauta mudou. O internauta é o mais novo e já surgiu com outro conceito. Mas os outros três — ouvinte, telespectador e leitor — mudaram muito. Não se contentam mais em ligar para ouvir o seu nome. Ele sugere, questiona: “Por que você não fez?”. Se fez, por que não fez do jeito que ele queria. E, às vezes, chega a confundir a nossa função ao sugerir uma pauta de meio ambiente, ou qualquer outra, e pergunta por que não resolvemos o problema. Não temos o poder de autoridade ou de polícia. Quando recebemos os pedidos, e fazemos a matéria, há um retorno muito positivo. Mas existem alguns críticos, que não gostam — e esse é um direito do telespectador. Nós, obviamente, temos que fazer o que é o certo, o que é o melhor para reportagem e para a nossa profissão, não necessariamente o que o telespectador pensa. Mas hoje a participação dele é efetiva e ele quer uma resposta rápida de tudo. Teve recentemente uma reportagem, sobre os

pescadores de Mongaguá: pescaram lá um tubarão e teve uma repercussão negativa, porque o público entendeu que do jeito que a repórter falou, ela estava estimulando a morte do tubarão. Eu consultei o principal especialista em tubarão do país, o Otto Bismarck, um professor conceituado aqui da região, que viu a reportagem comigo e disse: “Não tem nenhum problema, a repórter não estimulou nada.” Eu respondi mais de cem e-mails, um por um, até de professores da USP, que nunca fizemos uma matéria assim, que era apenas uma informação, e não uma opinião. Quando se entra nesse assunto [*meio ambiente*], a gente sente que o público quer atenção.

Luiz Nascimento — Como vê o papel da imprensa regional no sentido de transmitir ao telespectador a importância que o tema meio ambiente merece?

Eduardo Silva — Como jornalistas, temos a responsabilidade e a obrigação de informar tudo o que é importante. É uma luta diária. Por quê? Os telejornais têm um tempo especifico, na maioria tomada pelo noticiário factual, que, sem dúvida, é o que mais atrai os telespectadores. A pessoa tem aquela ânsia de saber o que está acontecendo na esquina da casa dela, no centro da cidade em que ela mora e na cidade vizinha. Esse é o papel fundamental de uma emissora afiliada, de uma emissora regional. Agora, ao mesmo tempo, cabe a nós alertarmos e cobrarmos a nossa equipe sobre a importância de noticiar qualquer assunto que seja relevante. Como eu disse, é uma luta diária, porque o noticiário factual consome muita parte do tempo, e, sem dúvida, é o que o telespectador mais procura — ele quer a noticia do dia. Mas uma matéria bem elaborada — de meio ambiente e de outros temas — tem uma aceitação muito grande também.

Luiz Nascimento — Existe pressão econômica para que o tema não seja abordado?

Eduardo Silva — É o seguinte: eu estou aqui há vinte e um anos e meio, e há oito anos e meio, responsável pelo jornalismo, e nunca recebemos ordem para não dar alguma notícia. Nunca recebemos nenhuma pressão, nenhuma oferta desonesta. Em vista dos temas polêmicos, há sim, por parte das empresas, uma preocupação exagerada de como vai ser tratado o assunto. Às vezes, dizem: “foi tão pequeno, não precisa dar...”, aquela coisa corriqueira e não aquela coisa ofensiva que não é para dar, até porque isso não cabe mais. Hoje, temos uma

ferramenta a nosso favor — refiro-me aos jornalistas e às redações: todo mundo tem um celular, todo mundo grava. A imagem que se você não der por algum motivo no telejornal, ela vai estar no YouTube ou na internet em cinco minutos. Eu falo direto para os diretores, para os patrões: “Se você não der, alguém vai dar.” Já não existe mais aquela possibilidade de esconder, omitir ou não dar uma notícia por pressão. Mas dizer que o telefone não toca pedindo que a matéria não seja feita... sempre toca. Mas de minha parte nunca recebi propostas para esconder um assunto. Agora, é evidente que as empresas não gostam de ver os seus defeitos expostos. Elas ligam dizendo: “Pôxa, mas vocês vão dar?”. Não é uma guerra, é uma relação de trabalho que a gente tem com qualquer assessoria. Eu falo para todo mundo: “A melhor forma de você defender a sua empresa, ou a sua prefeitura, é colocar alguém competente para responder a acusação.” Com uma pessoa competente respondendo, a chance de mudar aquela imagem negativa é muito grande. E ao mesmo tempo, se houver um erro, a melhor forma, sempre, para a nossa vida profissional e pessoal, é assumir o erro e tentar corrigir. Agora, é evidente, como nós não gostamos que exponham os nossos defeitos, as empresas não gostam que exponham os delas. Mas a nossa batalha diária é para que a gente mostre tudo que é notícia.

Luiz Nascimento — Como define o jornalismo ambiental?

Eduardo Silva — É uma boa pergunta, eu não sei se saberia definir assim de momento. Eu acho que o jornalismo é a necessidade diária da gente levar informação para as pessoas. Temos um compromisso diário com a notícia e tudo que é informação relevante. E se ela não cabe naquele dia, porque aconteceu uma tragédia, você pode elaborar melhor aquela matéria para um jornal de sexta-feira, de sábado. Especialmente, nas conquistas do meio ambiente, para que o telespectador possa entender, é melhor, às vezes, você não andar rápido para dizer que deu, e elaborar melhor o assunto para que o público possa entender o beneficio daquela conquista, daquele avanço tecnológico. Nesses vinte e um anos e meio, lidamos com várias situações de Cubatão. Pegamos a primeira fase, que era o início da recuperação, de investimentos das empresas. Obviamente, houve uma melhora muito grande, mas de tempos em tempos registramos alguns problemas lá. O fundamental é que estejamos atentos para noticiar o que está errado, e o que está sendo feito

de bom para que a população saiba, exatamente, o que acontece. Eu acho que essa linha de atuação é fundamental para levar ao telespectador a melhor notícia, a melhor informação.

ANEXO K — Coleta de depoimento: jornalista Lane Valiengo, autor das reportagens publicadas no jornal *A Tribuna,* nos anos 70 e 80, sobre a degradação da Serra do Mar e o Caso Rhodia. Câmara Municipal de Santos, em 29 de agosto de 2013.

Luiz Nascimento — A partir de que momento, como profissional, passou a se interessar pela cobertura de assuntos relacionados ao meio ambiente?
Lane Valiengo — Acho que isso vem da minha formação. Quem vivenciou como eu a contracultura muitas vezes teve como caminho natural a militância ambientalista. Aconteceu de estarem no mesmo jornal, na mesma época, alguns jornalistas que tinham essa formação dada pela contracultura, que incluía a questão ambiental e os fatos que começaram a ocorrer em Santos e na região. Então, acabou juntando tudo — o interesse próprio de alguns profissionais e o momento. Não foi uma decisão de direção, de redação. Casou o nosso interesse com a notícia que fomos buscar. Então, acabamos transformando *A Tribuna* no jornal que mais publicava matérias ambientais no país. Foi uma época boa para *A Tribuna*, que acabou ganhando prestígio fora da região por causa da questão ambiental.

Luiz Nascimento — Como profissional, qual foi o seu nível de envolvimento com o assunto? Houve envolvimento do ponto de vista pessoal?
Lane Valiengo — Houve envolvimento pessoal por causa da minha área de interesse. Tanto que depois, naturalmente, eu comecei a me desligar do jornalismo e voltar a minha atuação para a questão legislativa, procurar fazer leis de proteção.

Luiz Nascimento — Como repórter sofreu censura ao abordar o tema?
Lane Valiengo — Na questão ambiental aconteceu uma coincidência de interesses. O jornal *A Tribuna* é conservador, tem muitos laços com a comunidade, muita gente que interfere ali, por questão de amizade com a família

Santini. Mas naquele momento, na questão ambiental, a direção percebeu que estava rendendo prestigio, vendendo mais jornal, e eu tive carta branca para fazer o que fosse necessário. Esse período durou uns oito meses, até o momento que acharam que já era suficiente, pois a gente já tinha contrariado muitos interesses. Imagino que tenha ficado meio difícil para a direção do jornal se explicar para pessoas importantes, influentes da cidade, então eles mandaram ir mais devagar. Mas aí já tínhamos dado o pontapé inicial para a conscientização da população. Antes disso, éramos vistos como subversivos, exóticos, e depois chatos, radicais mesmo. Com esse trabalho, a gente plantou a semente da conscientização ambiental. Então meio ambiente em Santos, em torno de mídia, passou a ser um assunto constante, o que não era antes. Mas é dentro daquele principio, vamos atuar dentro para largar as amarras do sistema, porque fizemos isso num jornal conservador e deu certo. Meio ambiente era a manchete de capa, quase todos os dias, mobilizamos comunidades e influenciamos governos, que resolveram, finalmente, a partir da pressão da mídia, fazer um plano de controle de poluição de Cubatão. Antes disso, não existia controle. A influência da mídia foi tão forte, mas precisava ter alguém que tivesse o poder político para dizer: “Nós vamos fazer, a coisa precisa ser feita”. E foi o Franco Montoro [*ex-governador*], ele não tinha o conhecimento técnico, mas tinha a sensibilidade. Ele mandou fazer: “Olha, eu quero que faça o plano ambiental.” E assim foi.

Luiz Nascimento — Dos anos 80 para cá, acha que a imprensa regional mostrou maior preocupação das coberturas histórias, como a devastação da Serra do Mar?

Lane Valiengo — Eu acho que foi mais forte na década de 80 mesmo, porque nós escancaramos tudo, todas essas situações. A partir dos anos 90, houve uma espécie de refluxo, o meio ambiente virou parte do noticiário. Não com a ênfase investigativa que teve nos anos 80.

Luiz Nascimento — Como profissional, como interpreta o fato de ser identificado até hoje com o tema do meio ambiente?

Lane Valiengo — Olha, chegou a um ponto que eu me dedicava, quase que exclusivamente, ao meio ambiente. Só que isso te obriga a estudar realmente,

se informar, a ler compêndios de produtos químicos. Eu era muito dedicado ao que estava acontecendo em termos de Baixada Santista. Mas me agrada, sim, ser identificado até hoje com o tema meio ambiente. Eu sinto que fiz o meu trabalho.

Luiz Nascimento — Você acha que a cobertura hoje em relação ao tema tem sido satisfatória na imprensa regional?

Lane Valiengo — Eu acho que existem falhas, primeiramente, na formação dos profissionais. Não dá para se limitar a aprender só o que ensinam na faculdade de jornalismo. Ainda mais hoje, que você tem internet, que abre leques de pesquisa, de informação. Ao mesmo tempo acho que houve certa acomodação em termos de noticiário. Hoje, você vê a Embraport destruindo o mangue e todo mundo acha maravilhoso, porque vai render empregos, que são ilusórios. E você não tem uma linha de reportagem em cima disso. A autorização para a Embraport vem diretamente de Brasília. Os órgãos ambientais da Baixada Santista tiveram que ficar calados. Da experiência que tive com o jornalismo ambiental, nos anos 70 e 80, a principal lição que ficou foi exatamente essa: de que é possível provocar transformações através da mídia, da imprensa. Claro que isso depende de uma informação segura, que se sustente. Mas é possível modificar situações que incomodam, que prejudicam a comunidade. E isso acabou se expandindo na minha cabeça, não só para a área ambiental, mas para todas as áreas. A gente hoje fala que a saúde está um caos, mas cadê o trabalho contínuo da mídia para resolver isso? Para mostrar que pode ser diferente? A mídia tem que ter esse papel de transformar a comunidade.

Luiz Nascimento — Como você definiria jornalismo ambiental ou de meio ambiente?

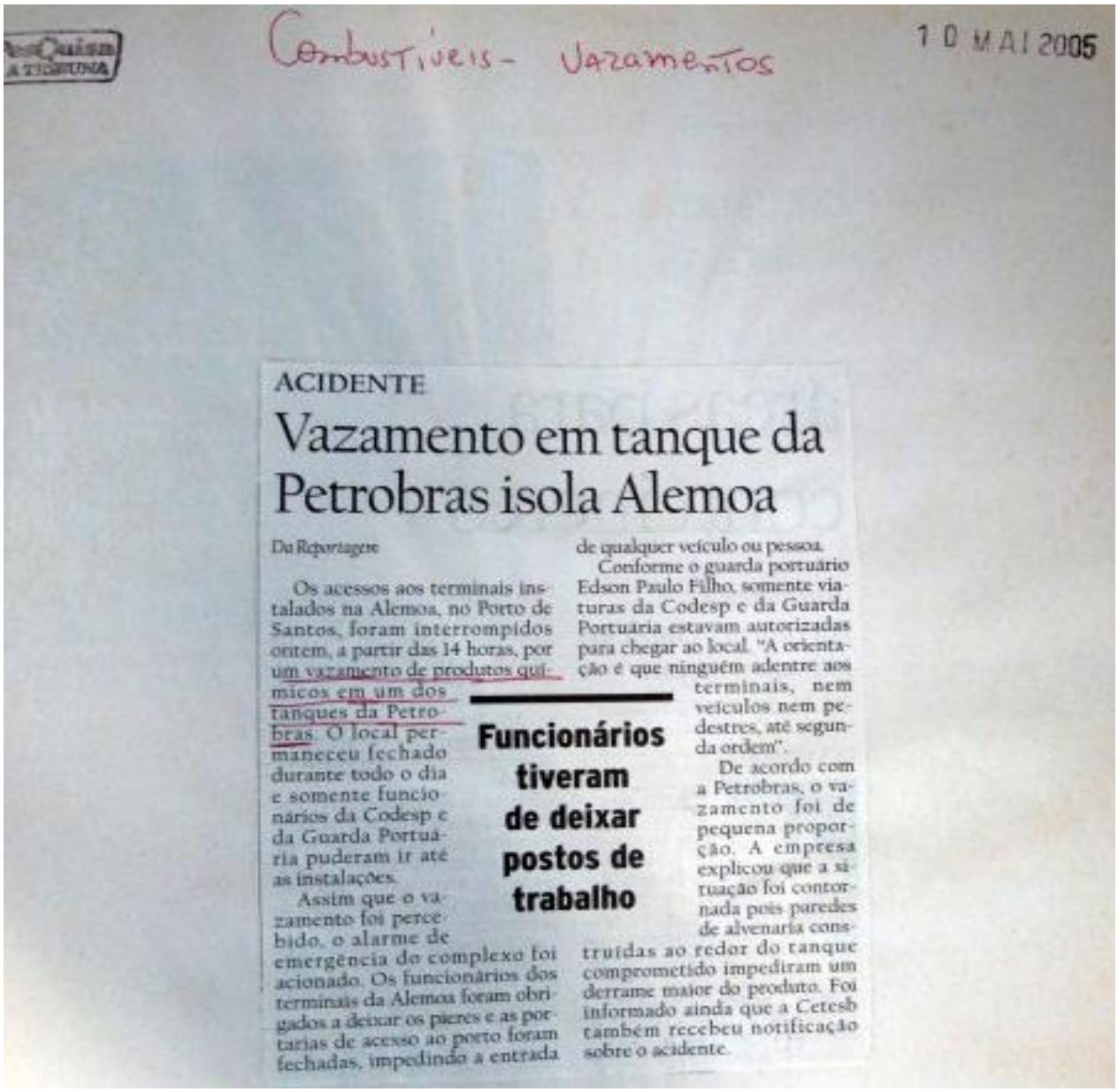
Lane Valiengo — Eu acho que hoje é diferente do que era na década de 70 e de 80. Antes, a gente tinha que ter duas coisas, a militância ambiental e o sentido didático. Como os assuntos ambientais não chegavam às pessoas, a gente tinha que explicar, por exemplo: Qual o efeito de se jogar Pó-da-China na beira da estrada, qual o efeito da poluição nas encostas da serra. Então, a gente tinha que ser bem didático. Eu acho que hoje não tem muita necessidade disso,

mas, ao mesmo tempo, não existe a decisão de assumir a reportagem ambiental. Esta passou a ser mais um assunto de pauta.

Luiz Nascimento — E o Prêmio Esso?

Lane Valiengo — Fizemos um trabalho continuo de reportagem. Foi a partir de um relatório, que era trancado no cofre do governo do estado, com carimbo confidencial, que era um estudo do IPT de que estavam ocorrendo deslizamentos nas encostas. O documento previa que se as descargas atmosféricas de produtos continuassem, sem filtro, sem nada, iam ocorrer escorregamentos maiores. Teve uma corrida de lama, para cima da Petrobras, que poderia ter explodido a refinaria toda. A partir disso, nós ficamos em cima, foi aí que saiu a pressão para fazer o plano de controle, inclusive na Ilha Barnabé O plano era o isolamento e remoção do Pó-da-China em São Vicente e pelo litoral jogado pela Rhodia. Na França, obedecem direitinho, mas aqui a empresa começou a jogar. Mas é que o governo brasileiro fechava os olhos para a questão da poluição ambiental, em troca de investimentos, da instalação de indústrias. Isso foi um erro estratégico bravo. A gente tinha um repórter na *Tribuna*, que cobria o setor de abastecimento, e ele insistiu comigo: “Manda a matéria para o Prêmio Esso”. Foi ele quem cuidou de tudo, tirou as cópias, falou com o pessoal dos Correios para enviar. Eram toneladas de matérias. E de repente, a gente nem esperava nada, aconteceu. Acho que foi muito bom para dar impulso ao trabalho que fizemos e para o próprio jornal. Foi a primeira vez que o meio ambiente ganhou o Prêmio Esso. E foi assim, a gente nem tinha intenção de competir.

ANEXO L — Exemplos de reportagens do jornal *A Tribuna*, no período de 2005 a 2012



Combustíveis - Vazamentos

10 MAI 2005

ACIDENTE

Vazamento em tanque da Petrobras isola Alemoa

Da Reportagem

Os acessos aos terminais instalados na Alemoa, no Porto de Santos, foram interrompidos ontem, a partir das 14 horas, por um vazamento de produtos químicos em um dos tanques da Petrobras. O local permaneceu fechado durante todo o dia e somente funcionários da Codesp e da Guarda Portuária puderam ir até as instalações.

Assim que o vazamento foi percebido, o alarme de emergência do complexo foi acionado. Os funcionários dos terminais da Alemoa foram obrigados a deixar os pieres e as portarias de acesso ao porto foram fechadas, impedindo a entrada de qualquer veículo ou pessoa.

Conforme o guarda portuário Edson Paulo Filho, somente viaturas da Codesp e da Guarda Portuária estavam autorizadas para chegar ao local. "A orientação é que ninguém adentre aos terminais, nem veículos nem pedestres, até segunda ordem".

Funcionários tiveram de deixar postos de trabalho

De acordo com a Petrobras, o vazamento foi de pequena proporção. A empresa explicou que a situação foi contornada pois paredes de alvenaria construídas ao redor do tanque comprometido impediram um derrame maior do produto. Foi informado ainda que a Cetesb também recebeu notificação sobre o acidente.

A TRIBUNA

Combustível - VAZAMENTOS

* 5 AGO 2006

peração já havia sido encerrada quando acidente ocorreu

ÓLEO

Combustível vaza de navio atracado no Tecon

Da Reportagem

Cerca de 200 litros de óleo combustível vazaram do navio *Flamengo*, atracado no Terminal de Contêineres (Tecon), na Margem Esquerda (Guarujá), no Porto de Santos. O acidente aconteceu na madrugada de ontem, mas foi logo controlado pelas equipes da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) e da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb) local.

De acordo com o capitão dos portos, capitão de Mar-e-Guerra Marcos Nunes de Miranda, o vazamento foi causado por uma fissura verificada no convés principal da embarcação, onde havia a guarda dos tanques de combustível. "Foi uma trinca que causou o derrame. Quando (a tripulação do navio) percebeu o problema, logo transferiu o óleo para outro tanque, fazendo com que o vazamento parasse", explicou. Ele contou que, segundo informações do capitão da embarcação, a operação do navio já havia sido encerrada quando ocorreu o acidente.

O oficial afirmou que a armadora da embarcação — a Aliança — será notificada pela responsabilidade do ocorrido. Depois disso, o caso será levado ao conhecimento da Diretoria de Portos e Costas (DPC) para que se pronuncie sobre as causas e emita a multa à armadora, se necessário for, ponderou o capitão dos portos.

Procurados pela Reportagem, executivos da empresa — que preferiram não citar seus nomes — confirmaram o vazamento e garantiram que as causas do ocorrido serão analisadas.

O gerente da Cetesb em Santos, Paulo Sérgio Fonseca, afirmou que o órgão disponibilizou uma equipe para atender a emergência. Segundo ele, foram colocadas barreiras de contenção e mantas absorventes de óleo para minimizar o impacto do acidente no ecossistema.

Ainda de acordo com Fonseca, a retirada do óleo do mar terminaria ainda ontem. A Reportagem não encontrou, até o fechamento desta edição, técnicos da Cetesb para confirmar o fim das ações.

PesQuisa A TRIBUNA

Combustível - vazamentos

* 9 NOV 2006

Equipe da Codesp colocou bóias ao redor do navio *Smart 1*

MEIO AMBIENTE

Cargueiro derrama óleo combustível no estuário

Da Reportagem

Um possível erro em uma operação a bordo do cargueiro *Smart 1* acabou derramando cerca de mil litros de óleo combustível no Estuário de Santos, na tarde de ontem. Graças à variação da maré e à ação de controle da Codesp, a maior parte do produto foi contida ao redor do navio, que estava atracado no Armazém 38, na região portuária conhecida como Corredor de Exportação, na Ponta da Praia, em Santos.

De acordo com o engenheiro da Cetesb William Nunes, que apurou o caso, apesar do acidente não envolver "uma grande quantidade" de óleo, "é sempre mais poluição, mais um stress para o meio ambiente do estuário".

A Capitania dos Portos de São Paulo abriu, na tarde de ontem, um inquérito para apurar as causas do derramamento. Durante as investigações do órgão militar, o *Smart 1* permanecerá retido em Santos.

O vazamento do combustível foi percebido por volta das 14h40, por uma equipe da Capitania que patrulhava o Canal do Estuário em uma lancha. Foram os próprios marinheiros e oficiais que avisaram as demais autoridades (Cetesb e Codesp) e a tripulação do cargueiro, que de imediato parou o derrame.

De acordo com o engenheiro da Cetesb William Nunes, o acidente ocorreu durante a transferência de óleo de um tanque para o outro. O compartimento que recebia o combustível se encheu e o excesso acabou saindo pelo suspiro (cano de ventilação), localizado no convés. O produto escorreu pela embarcação e caiu no lado de mar.

Equipes da Codesp foram enviadas ao cais do Armazém 38 para conter o vazamento. Os técnicos da Docas cercaram de bóias a embarcação e lançaram mantas para absorver o óleo que permaneceu próximo ao costado. Conforme apurou *A Tribuna*, como a maré estava subindo no momento do acidente, o restante do combustível, que seguiu para o meio do estuário, foi levado para o interior do cais. Por volta das 16 horas, quando teve início a vazante, as bóias e mantas conseguiram reter essa parte do material.

O *Smart 1* havia concluído seu carregamento de soja em grão e se preparava para desatracar quando ocorreu o derramamento. Mesmo com o embarque finalizado, ele não terá autorização da Marinha para deixar a região.

MATA ATLÂNTICA

13 DEZ 2006

Mata A e 1%

DESMATAMENTO

Área coberta por Mata Atlântica diminui

2006

Nos últimos cinco anos, o Estado perdeu mais 0,19% do verde remanescente

Da Reportagem

Entre 2000 e 2005, foram suprimidos um total de 95 mil hectares de mata, o que corresponde a 95 mil campos de futebol

Embora a velocidade do desmatamento tenha diminuído nos últimos cinco anos, a área coberta pela Mata Atlântica continua a perder espaço para as subhabitações e atividades agrícolas. A constatação é da Fundação SOS Mata Atlântica, que desenvolve, desde 1989, um atlas desse ecossistema em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Os dados relativos ao período de cinco anos compreendido entre 2000 e 2005, apresentados ontem em São Paulo, apontaram que até 2000 ainda estavam 7,3% da vegetação característica desse bioma.

Porém, no período entre 2000 e 2005, esse percentual caiu para apenas 6,94%. Em números absolutos, essa redução representou a eliminação de 95 mil hectares de mata, o equivalente a 95 mil campos de futebol.

Conforme a coordenadoria do Atlas pela SOS Mata Atlântica, apesar da queda da taxa de desflorestamento no atual período, o que deve ser comemorado, os valores brutos continuam elevados em relação à situação dramática verificada na Mata Atlântica, especialmente levando-se em conta os altos índices de desflorestamento identificados nos últimos 20 anos.

Os estados campeões em termos de desmatamento nesse período foram Santa Catarina e Paraná, que responderam por 77% da área suprimida da Mata Atlântica nos últimos cinco anos.

São Paulo perdeu mais 0,19% das terras que ainda abrigavam remanescentes da Mata Atlântica, o que representou o fim de 4.657 hectares de vegetação nativa. Hoje, o Estado mantém apenas 13,30% da cobertura original do bioma, considerado um dos que abrigam a maior diversidade de espécies animais e vegetais do planeta.

Enquanto isso, o Rio de Janeiro desmatou mais 0,08% de suas florestas entre 2000 e 2005, sendo o estado com o menor percentual de desmatamento entre as 480 unidades da federação estudadas pela SOS Mata Atlântica e o Inpe.

Quando da chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500, a Mata Atlântica cobria 1 milhão 300 mil hectares, o que representava 15% de todo o território nacional. Hoje, cerca de 110 milhões de brasileiros vivem nessa região litorânea originalmente coberta pela floresta úmida.

Mapa da devastação

Desde 1988, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Inpe, com o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, vêm mapeando e monitorando os remanescentes florestais e ecossistemas associados da Mata Atlântica.

O primeiro mapeamento publicado em 1990 com a participação do Ibama, teve o mérito de ser um trabalho inédito sobre a área original e a distribuição espacial dos remanescentes florestais da Mata Atlântica, tornando-se uma referência para pesquisas científicas relacionadas ao tema e para o desenvolvimento de ações políticas de conservação do bioma.

No ano seguinte, a SOS Mata Atlântica e o Inpe iniciaram o acompanhamento sistemático em dez Estados brasileiros, da Bahia ao Rio Grande do Sul.

A quarta edição, para análise do período 2000-2005, cobre em andamento. Dez estados (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) já estão analisados. Os trabalhos continuam e, quando estiver concluída, esta edição contemplará dez estados.

MATA ATLÂNTICA 2007

Bertioga

RECURSOS NATURAIS. Já foram mapeadas mais de 250 espécies animais e 700 de plantas. Projeto é inédito na Baixada Santista

Projeto irá mapear e preservar fauna e flora da Mata Atlântica

Frase

Desenvolvimento sustentável

Mata Atlântica

18 DEZ 2008

MATA ATLÂNTICA

Devastação cresce cinco vezes em 3 anos em SP

DE SÃO PAULO

O desmatamento da Mata Atlântica na Região Metropolitana de São Paulo aumentou cinco vezes entre 2005 e 2008 em relação aos cinco anos anteriores. Os dados fazem parte de um levantamento preliminar, divulgado ontem pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mostrou uma inversão da tendência de queda que vinha sendo observada.

Em maio, quando foi divulgado o Atlas dos Remanescentes da Mata Atlântica 2000-2005, registrou-se pela primeira vez uma queda no desmatamento deste bioma no País. A área derrubada naquele período foi 69% menor que no anterior (1995-2000). De lá para cá, no entanto, o desmate voltou a crescer, ao menos nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Vitória (ES) - as três avaliadas por enquanto. A perda somada foi de 793 hectares - cerca de 990 campos de futebol.

O maior aumento ocorreu em São Paulo, justamente o Estado que apresenta o maior remanescente de Mata Atlântica. No período, desapareceram 437 hectares de mata, contra 48 hectares entre 2000 a 2005.

Essa taxa, nove vezes maior do que a anterior, inclui os 201 hectares desmatados para a construção do Rodoanel. Como esta foi uma derrubada autorizada, não entra na conta do desmate ilegal. Mas mesmo sem ela, a taxa foi cerca de cinco vezes maior.

"É preocupante porque a queda de desmate no estado tinha sido de 91% de 2000 a 2005 na comparação com o período 1995 a 2000. Isso mudou muito rápido", afirma a coordenadora do estudo, Márcia Hirota, da Fundação SOS Mata Atlântica.

Se for extraída uma taxa média por ano, o aumento fica mais dramático. Entre 2000 e 2005, foram 9,6 hectares por ano. Mesmo excluindo o Rodoanel, a média do período 2005-2008 é de 78,6 hectares/ano - oito vezes superior. (Agência Estado)

Alerta

"É preocupante porque a queda de desmate no estado tinha sido de 91% de 2000 a 2005 na comparação com o período 1995 a 2000. Isso mudou muito rápido"

Márcia Hirota, coordenadora do estudo da Fundação SOS Mata Atlântica

A TRIBUNA — LOCAL — Santos, QUARTA-FEIRA, 16 de abril de 2008

MATA ATLÂNTICA

Estudo vai revisar áreas de preservação

Litoral de SP tem grande parte das reservas, de extrema importância biológica

Objetivo do estudo é definir áreas de Mata Atlântica com maior urgência de preservação ambiental

Patrimônio nacional

Mata Atlântica mapeada

Pesquisa A TRIBUNA — 29 MAI 2008

MATA ATLÂNTICA

Área original é de apenas 7,26%

DA REDAÇÃO

A Mata Atlântica do País está reduzida a 7,26% de sua área original. Dos 1,3 milhão de quilômetros quadrados iniciais, sobraram apenas 97.596 em 17 estados brasileiros. Os dados fazem parte da 4ª edição do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, divulgado ontem pela Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O estudo apontou aumento no ritmo de desmatamento nos últimos dois anos, dado preocupante, segundo a coordenadora do Atlas, Márcia Hirota. "Tudo o que resta de floresta original deve ser protegido por todos", alerta.

O Atlas traz ainda uma análise para o período de 2005 a 2007, dos 51 municípios apresentados como os mais críticos no estudo de 2000-2005.

As regiões mais críticas de São Paulo se concentram na divisa com Minas Gerais, próximo a Poços de Caldas e em algumas cidades do Vale do Ribeira. Os cinco municípios paulistas que mais perderam cobertura florestal nativa foram Eldorado, Barra do Turvo, Registópolis, Arealva e Jacupiranga.

"Os desflorestamentos na Mata Atlântica são muito pequenos quando comparados com aqueles que acontecem na Amazônia, o que dificulta muito a detecção. Se há pouco, desfloresta-se pouco", diz Flávio Ponzani, coordenador técnico do estudo pelo Inpe.

Região tem bom índice de cobertura devido à topografia da Serra do Mar

Entre 2000 e 2005, houve uma redução de 69% na taxa de desmatamento comparada com o período anterior (1995-2000). Para Márcia, o levantamento deu os primeiros sinais de esperança nesse começo de século. "Mas os desmatamentos continuam acontecendo, o que exige uma atenção de todos, poder público, das esferas federal, estadual e municipal, das ONGs e do cidadão. É a nossa sobrevivência que está em jogo".

BAIXADA SANTISTA

A região da Baixada Santista não foi analisada no período de 2005-2007, porque não está na lista dos municípios mais críticos.

Segundo os coordenadores do estudo, a região tem altos índices de cobertura florestal por conta da topografia dificultadora da Serra do Mar.

"Apesar disso, a especulação imobiliária tem atuado com o efeito formiguinha, desflorestando áreas pequenas o suficiente para escapar da detecção orbital", diz Ponzani.

MATA ATLÂNTICA

Quarta-feira 27 maio de 2009 | A TRIBUNA www.atribuna.com.br | Baixada Santista | A-3

MATA ATLÂNTICA. Entre 2005 e 2008 a devastação abrangeu uma área que corresponde a dois terços da capital paulista

Desmatamento atinge 102 mil ha no período de apenas três anos

ANDREA RIVER
DEVASTAÇÃO

102.508 hectares de cobertura nativa de Mata Atlântica foram desmatados entre 2005 e 2008. O número, equivalente a dois terços do tamanho da capital paulista, integra o Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica, estudo da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgado ontem.

Do total de desflorestamento, 2.455 hectares foram registrados em São Paulo. No Estado, as maiores perdas apontadas pelo estudo estão no Vale do Ribeira. Dos dez municípios paulistas que mais desmataram (em quantidade de hectare) nos últimos três anos, seis estão naquela região: Iguape, Sete Barras, Registro, Eldorado, Juquiá e Barra do Turvo.

Curiosamente é lá também que está a maior concentração de remanescentes florestais. Das dez cidades que abrigam a maior quantidade de hectares de Mata Atlântica no Estado, nove (Iguape, Eldorado, Cananéia, Ipiranga, Sete Barras, Miracatu, Tapiraí, Pedro de Toledo e Barra do Turvo) estão naquele trecho, que é considerado o maior remanescente de São Paulo.

Segundo ambientalistas, a ocorrência dos desmatamentos na Baixada Santista e Litoral Norte de São Paulo não é visível neste levantamento

Data

27
de maio (hoje)
é o Dia Nacional da Mata Atlântica

ecossistema tão frágil como da nossa zona costeira".

Questionado sobre a importância do Zoneamento Ecológico-Econômico (que no caso da Baixada Santista é discutido há anos, mas sem conclusão) como ferramenta de preservação da Mata Atlântica, Mantovani afirmou que o instrumento "é um caminho", mas que a situação da Baixada é tão grave que somente "a proteção e a conservação vão garantir nossas águas e qualidade de vida".

PIORES E MELHORES EM SP

Quando levado em consideração o percentual de remanescentes florestais em relação à área total de Mata Atlântica dos municípios, há cidades do Estado que

Meio ambiente 2010

Baixada Santista A-3

Santos obtém certificação na área ambiental

Carimbo Verde e Azul coloca a Cidade na elite ecológica do Estado

Santos é, desde ontem, um Município Verde Azul. A certificação do programa de Governo do Estado, concedida às cidades que empreenderam ações para a elaboração de uma agenda ambiental, foi conferida em solenidade realizada ontem na Secretaria do Meio Ambiente, na Capital.

Mas o processo para receber o carimbo Verde Azul referente a 2009 não foi simples. Em novembro, quando a secretaria divulgou a relação os municípios agraciados, Santos, com 69,9 pontos, não estava incluída.

A Prefeitura, então, recorreu da primeira análise. A revisão das informações elevou para 81,2 os pontos santistas, suficiente para que a Cidade passasse a integrar a elite ambiental do Estado. O mínimo necessário para figurar nessa lista é de 80 pontos.

"Os técnicos não haviam observado o cumprimento de alguns itens. Solicitamos que a Cidade estava capacitada para obter o certificado", afirmou o prefeito João Paulo Papa.

Para garantir o selo, o município tem de apresentar ações

Pesquisa A TRIBUNA

Meio Ambiente

16 OUT 2010

Estado quer reduzir em 20% a emissão de gases

Meta, a ser atingida até 2020, faz parte da Política Estadual de Mudanças Climáticas

FLÁVIO LEAL
DA REDAÇÃO

O Estado deu início ontem à articulação para aplicar políticas públicas e privadas para redução da emissão de dióxido de carbono (CO_2).

A meta é reduzir a emissão do gás em 20% nos próximos dez anos – até 2020 – com base nos números de 2005. A redução é um objetivo da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.

"Creio que é uma meta realista de redução", disse o secretário de Meio Ambiente, Pedro Ubiratan, após a posse ontem no Palácio dos Bandeirantes de 42 membros do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas que representam órgãos do Estado, de municípios e da sociedade civil.

Ubiratan afirmou que o Estado deve investir na alteração mudança do seu modal de transportes (meios) para conseguir a redução das emissões – a maior parte vem da queima de combustíveis fósseis de veículos automotores.

Para o secretário, projetos de ampliação da malha ferroviária e de transportes coletivos como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), projeto da Baixada

Queima de combustível de automotores é principal emissor de CO_2

Santista de matriz energética elétrica, são exemplos para a busca da redução.

"Outras ações do conselho que devem atingir a região incluem projetos de gerenciamento de risco da elevação do oceano e geológicos, de áreas de encostas", disse o secretário.

Caberá ao conselho interagir com os órgãos estaduais na elaboração de projetos de redução de danos (mitigação) causados pelas mudanças no clima, do qual o dióxido de carbono é agente de destaque no aquecimento global.

O Estado de São Paulo é o maior poluidor do País, com emissão de 122 milhões de toneladas de CO_2 por ano (dados de 2005) para 98 milhões de toneladas em 2020.

REGIÃO

O representante da região será o prefeito João Paulo Papa (PMDB), um dos empossados ontem.

Segundo ele, a região vai auxiliar na busca e formulação de ideias que contribuam para a redução do aquecimento global. "O VLT já é uma contribuição. Milhares de pessoas vão deixar de utilizar carro diariamente quando o sistema estiver em atividade", disse Papa.

Outra possibilidade que Papa acredita surtir efeito, a partir da adoção de uma política estadual de mudanças climáticas, será a adoção de isenções fiscais para iniciativas não poluentes.

Fábio Alexandre Nunes, secretário de Meio Ambiente de Santos, crê que a partir de dezembro, quando começam as reuniões dos grupos temáticos, se terá uma visão mais estreita de projetos que a região poderá sugerir e viabilizar. "O importante é que o aquecimento vai ser encarado de forma regional e projetos sustentáveis poderão ter maior apoio".

Meio Ambiente 2010

A-14 **Baixada Santista** A TRIBUNA

Santos e Bertioga: cidades verdes

Municípios foram os únicos da região a receberem o Selo Verde Azul, concedido com base no ranking ambiental do Governo estadual

Ranking

33º
lugar
foi a colocação de Bertioga no ranking estadual

44º
posição
ocupa Santos na classificação divulgada pelo Estado

BERTIOGA

Já Bertioga enviou um relatório com 200 páginas, demonstrando o trabalho executado na Cidade. Resultado: a cidade ficou em 33º (86,36 pontos). Em 2009, foi a 81º (85,00 pontos).

"A nota não significa que o município está perfeito, mas que tem um programa para chegar lá", diz o secretário de Meio Ambiente, Rogério Leite dos Santos.

Ele listou algumas das medidas adotadas para conseguir a certificação. "O esforço da equipe sobre todas as diretrizes, os projetos de educação ambiental chamado Criança Ecológica (espaço para as

MEIO AMBIENTE

*5 JUN 2011

ONGs se manifestam na defesa ambiental

Para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado hoje, e protestar contra algumas medidas que estão sendo tomadas pelo Governo brasileiro, três organizações não governamentais (ONGs) da Baixada Santista, com apoio de universitários da região, realizaram ontem, na Sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, na Vila Mathias, o 1º Manifesto Ekológico-Kultural.

Segundo um dos coordenadores do evento, Jasper Lopes, o manifesto foi criado para conscientizar e organizar a população em prol do meio ambiente e criar "uma aliança pela ecologia social com povos urbanos, da floresta, do mar e do campo".

Com auxílio de estudantes de Biologia Marinha, da Universidade Santa Cecília (Unisanta), e de Jornalismo, da Universidade Católica de Santos (UniSantos), as ONGs Verde América, Coletivo Alternativa Verde (CAV) e Aliança pela Ecologia Social lutam para alertar a sociedade contra ações que estão sendo adotadas pelo Governo.

"Hoje, por exemplo, estamos vivendo um momento crucial na história do Brasil, porque foi votado um novo Código Florestal que é um desastre e dramático para o País. Além disso, temos a aprovação da represa de Belo Monte, no Pará, que vai alagar terras ribeirinhas e indígenas", declarou Lopes.

O coordenador do manifesto também desaprova o desejo dos governantes de construir usinas nucleares depois do desastre de Fukushima, no Japão, e de a Alemanha desistir de ter esses equipamentos por perceber os problemas que eles podem provocar.

O manifesto contou com a apresentação das bandas Futurífrica, Casa de Ervas e do cantor Vicente Lapa, que é ativista ecológico. Índios guaranis da região e algumas ONGs divulgaram artesanato e livros.

Ainda de acordo com Jasper Lopes, todas as semanas haverá mesas de discussões em Santos e Praia Grande. Os encontros serão realizados todas as sextas-feiras, às 18 horas, em frente ao Centro de Estudantes de Santos (CES, Avenida Ana Costa, 308, Campo Grande), e aos sábados, na Sede da Verde América (Rua Santa Maria de Jesus, 16, Jardim Quietude, em Praia Grande).

Explicação

A razão do nome "Ekológico-Kultural" para o manifesto está no uso de duas palavras: a grega oikos (casa, habitat e, por extensão, ambiente) e a alemã kultur (aquilo que é produzido por um povo)

Jasper Lopes propõe "aliança pela ecologia social com povos

Resíduos químicos (Rodhia) 2012

Quarta-feira 21

A Tribuna

A-9

Seminário discute Ponte Pênsil
A Associação de Engenheiros e Arquitetos de São Vicente fará um seminário para discutir o futuro de um dos pontos turísticos da Cidade. A-12

cidades@atribuna.com.br

Cidades

Cubatão

Lixo tóxico da Rhodia vai para a Bahia

Justiça volta a autorizar a remoção de uma parte do material contaminado despejado irregularmente em terrenos da Baixada Santista

Quase nove anos após ser impedida pela Justiça de transferir para a Bahia parte das milhares de toneladas de resíduos tóxicos armazenados há décadas em terrenos da Baixada Santista, a empresa multinacional Rhodia foi novamente autorizada a enviar uma parcela do lixo para ser incinerada em Camaçari, na região metropolitana de Salvador (BA).

O material, comprovadamente cancerígeno, é resultante do processo de produção da antiga estatal francesa, hoje pertencente ao grupo Solvay. Durante décadas, o resíduo foi descartado inadequadamente em terrenos baldios de pelo menos três cidades da Baixada Santista, sendo considerado um dos maiores casos de contaminação industrial no Brasil.

Procurados pela Agência Brasil, os órgãos ambientais responsáveis por autorizar a incineração, a Cetesb, de São Paulo, e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), da Bahia, garantem que a segurança da queima do lixo industrial foi confirmada por meio de testes realizados com amostras do material enviadas pela Rhodia para a Cetrel Lumina Soluções Ambientais, instalada no Polo Petroquímico de Camaçari e a quem pertence o incinerador.

Segundo a agência da Cetesb em Cubatão, o Certificado de [illegible] remessa de material contaminado para Camaçari.

O gerente da agência, Marcos da Silva Cipriano, afirma que os primeiros carregamentos de lixo tóxico já teriam sido encaminhados à Bahia. A Rhodia e a Cetrel Lumina confirmam a obtenção das autorizações mas, devido ao feriado, não forneceram mais detalhes [illegible] grau de eficiência do incinerador para destruir os principais compostos presentes nos resíduos sólidos e líquidos provenientes da Rhodia.

Além de serem submetidos ao instituto ambiental baiano, os resultados dos testes também foram apresentados ao Ministério Público da Bahia que, segundo Cipriano, apro- [illegible]

Toneladas de resíduos químicos foram colocados em sacos para queima

A área do Quarentenário, em São Vicente, foi uma das mais afetadas pelo despejo de poluentes [illegible]

Incineração

Testes realizados com amostras do material lançado irregularmente pela multinacional em terrenos baldios da região atestaram a eficiência das operações de incineração realizadas no Polo

[illegible] operações de todo mundo lá da Bahia e, pelo que sei, já houve uma remessa de material. Nossa expectativa agora é que o problema seja resolvido em breve, embora ainda não tenhamos prazos estabelecidos. Vamos cobrar isso da empresa", disse Cipriano.

O coordenador de Licenciamento de Indústrias e Serviços [illegible]

[illegible]

MEIO AMBIENTE - ZEIS

PesQuisa A TRIBUNA

19 JUN 2012

Movimentos pressionam e Câmara aprova lei das Zeis

Legislação trata das áreas de interesse social, destinadas à construção [illegible]

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Na vida, muitas vezes é necessário agir e lutar pelos ideais de um coletivo. Os movimentos de moradia popular de Santos dão mais um belo exemplo. Ontem à noite, eles voltaram a ocupar as galerias do Plenário Oswaldo De Rosis para acompanhar mais uma sessão da Câmara.

Há menos de 60 dias, os integrantes desses grupos estiveram no Legislativo santista cobrando dos vereadores uma maior agilidade no trâmite do projeto de lei complementar (PLC) que prevê mudanças nas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) – áreas destinadas à construção de habitações na Cidade.

Os resultados daquela ação articulada foram colhidos. Elaborada pelo Poder Executivo, em dezembro do ano passado, a proposta de alterações da Zeis foi aprovada, em primeira discussão. Ela voltará a ser apreciada nesta quinta-feira.

Ao passar pelas comissões permanentes de Serviço Público e de Política Urbana e Funções Sociais da Cidade, o PLC foi aprimorado pela vereadora Cassandra Nunes (PT).

Lideranças lotaram o plenário na última audiência e colheram frutos

Embrase
Segurança & Serviços
25 anos de experiência,
agora também em Santos.

jetos de lei de autoria do prefeito João Paulo Papa (PMDB) foram aprovados, em segunda discussão, na sessão de ontem. Agora, eles seguem para a sanção do chefe do Executivo.

Um deles trata de uma reestruturação funcional e administrativa na Caixa de Pecúlio e Pensões (Capep). Além disso, serão criadas dez

Erro médico

A Câmara promove hoje, às 19 horas, audiência pública para debater os supostos casos de erros médicos que estariam ocorrendo em algumas unidades do Município. O evento será realizado no auditório do Castelinho: Praça Tenente Mauro Batista Miranda, [illegible], Vila Nova. A iniciativa é do vereador Adilson Júnior (PT)

URGÊNCIA

No início da sessão, o vereador Sadao Nakai (PSDB) solicitou à Casa uma maior agilidade na análise do projeto de lei complementar sobre a criação de uma gratificação aos motoristas de ambulância e de ônibus e micro-ônibus da rede municipal de ensino.

Conforme o presidente do Legislativo, Manoel Constantino (PMDB), a iniciativa é analisada pelo Gabinete de Assessoria Técnico-Legislativa (Gatl) e será votada em regime de urgência, se possível, antes do recesso de julho.

Por esse motivo, uma das ideias é que as comissões